

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Educação e do Desporto
Paulo Renato Souza

Presidente da Fundação CAPES
Abilio Afonso Baeta Neves

MEC
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

INFOCAPES

Boletim Informativo VOL.4 Nº 2 abril/junho 1996

O boletim Informativo é uma publicação técnica, editado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se define como veículo de divulgação das atividades do órgão e de difusão e debate de idéias sobre a pós-graduação. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se sobre temas relacionados com a formação de recursos humanos de alto nível.

Conselho Editorial

Membros Titulares

Fernando Spagnolo - Editor Responsável

Jacira Felipe Beltrão - DAV

Luiz Valcov Loureiro - DPR

Nélio Carlos de Alarcão - ADM

Membros Suplentes

Marcelo Granjeiro Quirino - Editor Responsável

Denise Menezes Neddermeyer - GPR

Sandra Mara Carvalho de Freitas - DAV

Sílvia Maria Velho - DPR

Geová Parente de Farias - ADM

NOTA: Todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta agência. Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

INFOCAPES - Boletim Informativo da CAPES

Vol.4 - Nº 2 - Brasília CAPES, 1996

Trimestral

ISSN 0104-415X

1.EDUCAÇÃO SUPERIOR I. Fundação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior

CDU 378

ISSN 0104 - 415X

Bol.Inf., Brasília, V.4,Nº 2, p.01-35 abr./jun.1996

Divulga documentos que discutem políticas adotadas pela CAPES, estudos e dados sobre a pós-graduação, novidades, comunicados de interesse das instituições de ensino superior. Mantém seção com a lista de bolsistas sem vínculo empregatício, que estão concluindo seus cursos, e espaço para oferta de oportunidades de trabalho acadêmico. Na seção "CAPES Responde" divulgam-se perguntas dos leitores e respostas da CAPES.

Projeto Gráfico

Modonovo Design Ltda.

Produção e Distribuição

Editora UnB

Cadastro de Assinaturas

Catarina Glória de Araújo Neves - ACD

Periodicidade

trimestral

Tiragem

4.000 exemplares

Endereço para correspondência:

CAPES

Coordenadoria de Estudos e Divulgação Científica
(CED)

Ministério da Educação e do Desporto

Anexo II - 2º andar

70 047-900 - Brasília - DF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A MENSAGEM DO PRESIDENTE: CAPES - 45 ANOS

ESTUDOS E DADOS

A Brisa dos Anos Cinquenta

Rogério de Andrade Córdova

DOCUMENTOS

Projeto de Discussão sobre a Pós-Graduação Brasileira

OPINIÃO

A CAPES Vista Por Seus Ex-Presidentes

INFORMES CAPES

O Prêmio Anísio Teixeira

Composição das Comissões de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação - 1966

MERCADO DE TRABALHO

OFERTA

MERCADO DE TRABALHO

DEMANDA

APRESENTAÇÃO

Abre esta edição do INFOCAPES a mensagem do Prof. Abílio Baeta Neves - Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - em homenagem aos 45 anos de criação da CAPES.

Em 11 de julho de 1951, através do Decreto Nº 29.741, da Presidência da República, foi criada uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Sob a presidência do então Ministério da Educação e Saúde, a Comissão, que se tornaria conhecida como CAPES, era composta por representantes do próprio Ministério da Educação, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), da Fundação Getúlio Vargas, do Banco do Brasil, da Comissão Nacional de Assistência Técnica, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio.

Estas informações encontram-se no livro que visa reconstituir a história da CAPES, que será lançado brevemente, de autoria do Prof. Rogério de Andrade Córdova. O Prof. Rogério, ex-funcionário desta agência e atualmente docente da Universidade de Brasília, permitiu que fossem reproduzidos neste Boletim comemorativo, na seção ESTUDOS E DADOS, trechos do primeiro capítulo que descreve o contexto da década de 50 em que surgiu e se estruturou a então Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Como diz esse autor na Apresentação do livro, "...acompanhar a trajetória da CAPES implica, necessariamente, em seguir de perto, num camarote privilegiadíssimo, a constituição dessa nova esfera de atividades acadêmico-universitárias e de atuação do setor público. CAPES e Pós-Graduação, no caso brasileiro, são quase irmãs gêmeas. O trabalho pretende ajudar a reconstituir a gênese e as metamorfoses dessa política, que se vai formulando e reformulando e se constitui, finalmente, numa criação social-histórica cuja originalidade e êxito são reconhecidos e proclamados quase universalmente, dentro do país e mesmo além de suas fronteiras. Êxito que, indiscutivelmente, é, de modo geral, e merecidamente, creditado à CAPES. Este trabalho pretende oferecer alguns subsídios iniciais a essa análise, na medida em que, na leitura dos documentos, busca ressaltar alguns elementos que parecem heurísticamente fecundos e ajudam a conformar a "identidade" da organização CAPES e os traços da política de pós-graduação".

Na seção DOCUMENTOS, encontra-se o Projeto de Discussão sobre a Pós-Graduação Brasileira, coordenado pelo Prof. Darcy Dillenburger, que visa promover, ao longo deste ano - comemorativo do 45 anos da CAPES - um conjunto de estudos sobre vários aspectos do Sistema Nacional da Pós-Graduação Brasileira.

A seção OPINIÃO ganha um especial destaque com a colaboração dos ex-Presidentes e ex-Diretores-Gerais da CAPES nos últimos 20 anos: Darcy Closs (1974-1979), Cláudio de Moura Castro (1979-1982), Edson Machado de Sousa (1982-1989), José Ubyrajara Alves (1989-1990), Eunice Durham (1990-1991 e 1992), Sandoval Carneiro Jr. (1991) e Maria Adréa Loyola (1992-1994). Eles relembram sua experiência à frente da CAPES, falam sobre a importância que a agência teve no desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Brasil e sobre o papel que esperam deverá desempenhar no futuro próximo.

O INFORMES CAPES contém matéria sobre o Prêmio Anísio Teixeira, que é concedido a cada cinco anos a personalidades brasileiras que prestaram contribuições relevantes para o desenvolvimento institucional da universidade ou de centros de natureza educacional e científica. Também é apresentada a relação dos consultores que constituíram as Comissões da Avaliação dos Cursos de Pós-graduação realizada esta ano, relativa ao biênio 1994-1995.

CAPES - 45 ANOS

Há 45 anos foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, para atuar como instrumento destacado no esforço de desenvolvimento econômico e social do país.

À CAPES, cabia prover o país de recursos humanos qualificados, capazes de garantir o sucesso das grandes iniciativas de investimentos governamentais e privados, que viriam a transformar a sociedade brasileira em geral .

Ao longo destes anos, a CAPES, em parceria com a FINEP e o CNPq, no âmbito federal, destacou-se como agência governamental responsável pela implantação da pós-graduação e, através dela, da qualificação de todo o ensino superior no país.

Os programas de bolsas e de apoio institucional constituem, até hoje, instrumentos centrais na consecução da tarefa de gerar quadros altamente qualificados para o ensino superior, para a pesquisa e para o mercado de trabalho não-acadêmico. A grande contribuição da CAPES, entretanto, está no fato de que a sua ação de fomento está vinculada, há 20 anos, a um sistema de avaliação da pós-graduação “stricto sensu”.

Desde o início dos anos 70 estava claro para os dirigentes da CAPES e para os grupos acadêmicos vinculados à nascente pós-graduação, que um processo sistemático de avaliação, baseado na própria comunidade universitária, estabelecendo padrões, metas e exigências de qualidade, poderia contribuir decisivamente para a melhoria do desempenho deste nível de ensino.

A avaliação da CAPES soube legitimar-se perante toda a comunidade universitária, e hoje, 20 anos depois de implementada, é referência para inúmeros países da América Latina e mesmo fora do nosso continente.

A ação da CAPES, nestes 45 anos, consolidou a base do enorme crescimento do sistema de pós-graduação do país.

O sistema conta hoje com mais de 1.726 cursos de mestrado e doutorado, cerca de 65 mil estudantes e forma mais 9.000 mestres e 2.000 doutores por ano.

A CAPES ganhou notoriedade como uma instituição pequena, ágil e eficiente, graças às lúcidas direções que a lideraram e a dedicação dos seus funcionários. Esta notoriedade deve-se muito também, ao trabalho descentralizado, à cooperação com as pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação de todas as universidades e a comunidade acadêmica e científica em geral.

As tarefas e as responsabilidades não diminuíram. É ainda muito grande o déficit na qualificação docente no ensino superior e são graves os problemas de formação de professores nos outros níveis de ensino. O ensino de graduação não se beneficiou, na medida do desejável, do dinamismo e do caráter inovador da pós-graduação

e mesmo a estrutura de nossa pós-graduação não permite, ainda, uma resposta adequada e diferenciada às demandas do mercado de trabalho não-acadêmico.

Os programas de bolsas no país e no exterior precisam aumentar sua eficiência e se constituírem em instrumento mais forte e definido da política de formação de recursos humanos, ajustados às expectativas do desenvolvimento do país.

O bem sucedido modelo de avaliação precisa avançar corajosamente e incorporar critérios e metas de excelência, que projetem definitivamente a pós-graduação nacional no cenário internacional.

Em termos institucionais, é desejável que a CAPES aprofunde a descentralização na execução de seus programas e se converta, mais e mais, em uma agência formuladora de políticas, avaliadora e financiadora dos programas implementados.

Ainda há muito a fazer. Mãos a obra!

Abílio Baeta Neves

Presidente da CAPES

ESTUDOS E DADOS

A BRISA DOS ANOS CINQUENTA A Origem da CAPES

Rogério de Andrade Córdova *

1. O Contexto da Criação

Era o segundo Governo Vargas. Este, retornando ao poder, restaurava as condições institucionais necessárias à efetivação do projeto de construção de uma nação desenvolvida, capitalista, autônoma. Construção que requeria uma industrialização acelerada, considerada como condição para o progresso social e a autonomia nacional. O projeto, cuja liderança ele fora obrigado a abandonar em 45, com sua deposição, é retomado, num contexto bastante diferente, de modo muito mais profundo, complexo, abrangente, ambicioso e integrado.

Tratava-se, nos termos da época, de "reaparelhar" o Estado para dar suporte às necessidades de desenvolvimento, buscando ultrapassar a fase de industrialização *restringida* para realizar uma profunda

alteração na estrutura do sistema produtivo, iniciando um "*processo de industrialização pesada*", dotando-o de uma diversidade de órgãos e instrumentos que regulassem e permitissem a intervenção nos diferentes aspectos da vida nacional. Esse novo Estado se constituía como burocratização, racionalização e modernização dos aparelhos existentes, como criação de novas instâncias de regulação e de intervenção, dentro dele se estruturando uma área social capaz de formular políticas públicas de caráter nacional. E é nesse contexto que acontece a criação da CAPES.

A CAPES não aparece sozinha e isolada. Ao contrário, emerge num período de grande efervescência administrativa e institucional. É assim que no ano de 1951 foi criada a Comissão Nacional de Política Agrária, para cuidar da política agrária; a Comissão de Desenvolvimento Industrial, visando apoiar o processo de industrialização; a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Transportes, para melhorar os transportes e melhorar o abastecimento interno; a Comissão Nacional de Bem-Estar, para cuidar "da melhoria das condições do povo brasileiro", além de outras comissões de natureza mais específica (Carvão Nacional, Babaçu, Material Automobilístico, Indústria de Material Elétrico, Comissão Nacional de Alimentação, Comissão

** Professor do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação - UnB e doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação: História e Filosofia da PUC-SP*

Nacional de Abastecimento e Preços) e outros órgãos e agências: Instituto Nacional de Imigração e Colonização; Carteira de Colonização do Banco do Brasil; Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Companhia Nacional de Seguros Agrícolas; Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais; PETROBRÁS; Banco do Nordeste; Banco de Crédito do Amazonas. E, entre essas e outras tantas entidades, são criados o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com os quais a CAPES deverá ter importante e contínuo vínculo institucional, eis que ambos terão papel destacado na formulação e implementação de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico da qual fará parte integrante a política de pós-graduação, sua área específica de atuação.

Quanto à caracterização da força de trabalho no início dos anos 50, a obra "*A Formação de Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento Econômico*", realizada ao longo da década já sob encomenda da CAPES por Américo Barbosa de Oliveira e José Zacharias de Sá Carvalho, traz algumas informações relevantes e oportunas. O censo de 1950 revelava, comparado com o de 1940, uma acentuada transferência da mão de obra para os setores secundário e terciário da economia, e uma migração da mão de obra excedente do Nordeste para o Centro-Sul, onde havia forte incremento das oportunidades de trabalho. O contingente de profissionais de nível superior correspondia a 0,67% da massa da população economicamente ativa. Em valores absolutos, estes profissionais somavam 132.035 em 1950, sendo que 111.902 (85%) estavam na região Centro-Sul, 15.331 (12%) na região Nordeste e 4.802 (3%) na região Norte (...) Nessa época a relação entre o número de profissionais de nível superior e a população total era de 2.560 por milhão de habitantes para o Brasil como um todo, mas com acentuada diferenciação regional, de sorte que era de 3.701 por milhão na região Centro-Sul, de 936 no Nordeste e de 968 no Norte.

A preocupação era com os ajustes quantitativos e qualitativos a realizar, de sorte a quebrar a estrutura tradicional dos empregos e estimular a incorporação de profissionais com melhor preparo técnico e elevar a produtividade dos diferentes setores econômicos, notadamente da agricultura e da indústria. O aumento da produtividade seria conseguido por uma maior proporção de profissionais de nível universitário (por mil habitantes). E isso tinha a ver, também, com os processos de formação e, em particular, com aquela formação realizada através do sistema de ensino.

O sistema de ensino, então como agora, caracterizava-se pelo "peneiramento" efetuado ao longo da escalada educacional, sendo que no antigo primário 80% não o concluíam, e no ciclo seguinte, o ginásio, 60% também ficavam pelo caminho, caracterizando um sistema altamente "mortífero". Urgia, pois, estimular a expansão do Ensino Superior e fazê-lo segundo novos paradigmas de qualidade. Eis, pois, alguns elementos sobre o quadro social da educação e da economia no qual surge a CAPES.

2. Os Objetivos

A CAPES foi fundada em 11 de julho de 1951. Pelo Decreto n. 29.741, da Presidência da República, era criada uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Sob a presidência do então Ministério da Educação e Saúde, a Comissão, que se tornará conhecida como CAPES, era composta por representantes do próprio Ministério da Educação, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), da Fundação Getúlio Vargas, do Banco do Brasil, da Comissão Nacional de Assistência Técnica, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio.

O decreto declarava serem objetivos da Campanha:

"1. Assegurar a existência do pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país.

2. Oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento".

O artigo terceiro do decreto especificava as atividades a realizar para alcançá-los:

"a) promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;

b) mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas competentes, os recursos existentes no país para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais;

c) promover em coordenação com os órgãos existentes o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas, e seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Governo brasileiro;

d) promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;

e) coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;

f) promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados".

O mesmo decreto fixava o prazo de 31 de dezembro de 1951 para que a Comissão apresentasse ao Presidente da República a proposta referente *"à forma definitiva que deve ser dada à entidade incumbida da execução sistemática e regular dos objetivos da Campanha"*(artigo 7). Em 19 de dezembro do mesmo ano, um outro decreto, de número 30.286, dilatava o prazo para 30 de junho de 1952.

O segundo semestre do ano de 1951 é ocupado apenas com as atividades preliminares, tendo o ministro Simões Filho, pela portaria ministerial n 1.008, de 12/7/51, designado o Professor Anísio Spinola Teixeira para exercer as funções de Secretário Geral da Comissão. Em novembro, o Presidente Getúlio Vargas designava os demais membros da comissão, representantes das entidades indicadas no decreto de criação. Além de Anísio Teixeira, como representante do Ministério da Educação, foram designados Beatriz Marques de Sousa Wahrlich (Departamento Administrativo do Serviço Público), Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (Comissão Nacional de Assistência Técnica), Glycon de Paiva Teixeira (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos), Otávio Augusto Lins Martins (Conselho Nacional de Pesquisas), Joaquim de Farias Góis Filho (Confederação Nacional da Indústria), Francisco Gama Lima Filho (Confederação Nacional do Comércio), Aldo Batista Franco (Banco do Brasil SA), Luís Narciso Alves de Matos (Fundação Getúlio Vargas) e Lourival Câmara (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Logo no dia seguinte ao do decreto presidencial criando a Comissão, o Ministro Simões Filho concedia entrevista coletiva à imprensa divulgando a Campanha, tendo, na oportunidade enfatizado a necessidade de o Brasil *"organizar-se para os grandes empreendimentos de um futuro próximo"*, cabendo destacar o desafio, entre as tarefas de organização, de cuidar do *"problema de pessoal, (que) de tão difícil, chega a ser angustiante"*, pois não se dispunha de *"gente capacitada para os postos em que se exigem conhecimentos e técnicas, indispensáveis ao tipo atual de sociedade, eminentemente industrial e técnico"*. Industrialização, desenvolvimento agrícola, complexificação da administração pública e particular aconteciam num ritmo que, segundo o Ministro, tornava quase impossível *"acompanhar no preparo de pessoal, não só de atender às exigências atuais, como dos tempos que se aproximam"*. Assim, reconhecia ele, *"a urgência de preparar equipes de especialistas nos vários ramos de atividade é tão grande que não podemos aguardar o lento resultado do nosso atual sistema escolar"*. Pois, prosseguia, *"são muito recentes, e ainda em número deficiente, os cursos de preparação do material humano indispensável ao progresso do país, ao aproveitamento, em nosso benefício, dos conhecimentos e técnicas que a ciência moderna vai alargando"*. Mesmo porque, na sua opinião, *"o primado das letras sobre as ciências, que foi um dos males de nossa formação cultural, precisa ser corrigido nas suas conseqüências atuais"*, sendo, pois, necessário, *"promover a formação dos especialistas para as atividades básicas do país", (...)* *"formação de pessoal capaz de dirigir e de ser dirigido: economistas, estatísticos, técnicos em finanças, pesquisadores sociais..."*, entre outros, visando *"a obtenção, a curto prazo, de tripulações para novas unidades, não só de empreendimentos governamentais, como também da iniciativa privada"*.

Por quê uma campanha? Porque *"para corrigir uma deformidade congênita de nossa formação profissional, não seria adequada mais uma lei ou mais uma repartição pública. Daí a idéia de uma campanha. Alguma coisa de vivo que desperte o interesse e a colaboração de todos"*. Era esse o caminho que na linguagem do Senhor Ministro permitiria, em breve, *"sair do regime dos práticos sem técnica e dos técnicos sem ciência"* (CAPES, 1952, p. 3-5).

Na oportunidade o Ministro designa o Prof. Anísio Teixeira como Secretário Geral da Comissão, "com aprovação e louvor do Senhor Presidente da República", para conduzir a realização daquelas tarefas.

No dia seguinte Anísio Teixeira, na sua nova condição, fala à imprensa, fazendo eco, a seu modo, às palavras do Ministro. Salienta, então, *"a tremenda desproporção entre os recursos educacionais e a tarefa de progressão e expansão que vem o Brasil, a despeito de tudo, enfrentando e realizando"*,

Ele destacava as deficiências verificadas nos diferentes níveis de ensino (primário, secundário geral e profissional, e superior), fazendo comparações com outros países, notadamente com os Estados Unidos, enfatizando a desproporção na formação de quadros superiores, destacadamente no caso da Engenharia. Deficiências quantitativas e qualitativas eram o problema central, caracterizando um *"problema de desajustamento profissional, técnico e científico"*. A incumbência atribuída à Comissão, era, então, a de proceder ao *"levantamento das necessidades do país em matéria de pessoal especializado"* e, ao lado disso, *"um inquérito sobre os recursos existentes para o seu preparo"* e, do "outro lado" do processo de formação, *"o emprego e a utilização do nosso capital técnico e profissional"*. Mas os estudos, levantamentos e inquéritos não deveriam impedir que ações concretas fossem desencadeadas de imediato: *"fazer um levantamento sumário das possibilidades e recursos de aperfeiçoamento existentes no país, das disponibilidades de bolsas de estudo fora do país e de especialistas estrangeiros para contrato no Brasil"*. Resultaria dessas providências que, junto ao Ministério da Educação, *"poderia funcionar um Centro de Informações ... para as pessoas que precisem ou queiram treino especializado e para as entidades que desejem empregar pessoal especializado"*.

Em oportunidades distintas os Conselheiros se manifestam sobre os objetivos da Comissão, estando registradas as contribuições do Dr. Farias Góes Filho e do Dr. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior.

O Dr. Farias Góis, representante da CNI, em documento apresentado à Comissão, lembrará as atividades em desenvolvimento pela Comissão Mista, pela Comissão de Assistência Técnica, pelo CNPq (então recém-criado), pelo DASP e pela FGV, advertindo para que a Comissão programasse suas atividades *"de sorte a não duplicar, inutilmente, esforços e, sobretudo, não interferir no campo de trabalho de cada uma delas"*. Farias Góis insistia na preservação das atividades das Comissões de Assistência Técnica (leia-se ONU e UNESCO) e Mista (leia-se Brasil-Estados Unidos), do CNPq (que deveria ser o responsável pelo preparo e aperfeiçoamento de cientistas

para as pesquisas que financiasse e os estudos que lhe são afetos), o DASP, (responsável pelo aperfeiçoamento do pessoal administrativo dos serviços públicos federais) e da FGV (responsável pela formação de técnicos superiores de administração).

Tratava-se, pois, de preservar as iniciativas de quase todos os órgãos convidados para compor a nova Comissão. Nesse contexto, qual o espaço que caberia à CAPES? Desde logo ela não poderia ser uma concorrente face às entidades que a constituíam e seriam responsáveis por fazê-la vingar... Em termos contemporâneos, colocava-se o problema de identificar o "nicho" que a nova organização deveria preencher.

É ainda o Dr. Farias Góis que faz um primeiro delineamento da identidade do novo organismo:

"Os objetivos mais específicos da Comissão seriam, então, os do aperfeiçoamento de pessoal especializado de nível superior destinado a suprir as deficiências mais gerais do país e, sobretudo, as do ensino superior". Pois a este cumpriria "preparar o quadro científico, profissional e técnico do país. Se for possível melhorá-lo e ampliá-lo, ter-se-á concorrido de forma decisiva para que o país possa encarar com segurança as suas necessidades maiores de pessoal especializado de nível superior. Nenhum plano nacional de aperfeiçoamento poderá, assim, ser elaborado sem que se tenha em vista esse objetivo".

Igualmente marcante foi a contribuição do Dr. Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (representante da Comissão Nacional de Assistência Técnica), que encaminhou ao Secretário Geral um plano de trabalho referente ao "levantamento das necessidades brasileiras de técnicos", "análogo ao que foi realizado na Índia e que figura em publicação recente da ONU", baseando-se em estudos outros que ele próprio realizara no Brasil, junto às escolas de engenharia e, por fim, apresentando sua proposta para a ação da Campanha.

Após longas e documentadas considerações sobre as dificuldades metodológicas envolvidas num levantamento das necessidades de técnicos para os diferentes setores de atividade e até mesmo do próprio ensino, louvando-se em estudos realizados nos Estados Unidos e na Inglaterra, afirma:

"Vivemos, em questões relacionadas com a técnica, como certas vilas do interior brasileiro em relação com a assistência médica: não a conhecendo, não sentem sua falta; as crianças vêm ao mundo, algumas crescem, muitas morrem, mas os habitantes do lugar acham que isso é natural. Quando, entretanto, se instala, entre eles, um serviço médico, começam então a avaliar o quanto se perdia anteriormente em vidas e sofrimento. Coisa análoga se passa com largos setores de nossas atividades produtoras: vão produzindo, de qualquer jeito, a qualquer preço, sem avaliar os benefícios que a técnica moderna poderia introduzir nos métodos de produção para aliviar o esforço físico e aumentar o rendimento de nossos trabalhadores. Numerosas são as indústrias que aqui se instalaram com maquinismos antiquados, funcionando sob a direção de pessoas desprovidas de formação adequada. Seria muito difícil avaliar as necessidades de técnicos especializados para tais indústrias, pois seus proprietários, alcançando grandes lucros sem maiores despesas, não se dispõem facilmente a modificar seus métodos de trabalho" (CAPES, 1952, p.26).

Estava-se diante de uma evidência: o país não dispunha dos técnicos imprescindíveis para atender ao estágio **atual** de seu desenvolvimento, havendo uma demanda muito superior à oferta de formandos nas áreas técnicas, como em engenharia mecânica. O que se impunha, então, era ampliar o número dos especialistas, para "aliviar o mais rapidamente possível a aguda escassez" (Ibidem p. 30 e 31). E apresenta, na seqüência, as principais sugestões a encaminhar ao governo, segundo três "ordens diferentes de trabalho":

I. Inquérito, a longo prazo, sobre as necessidades de técnicos para atender ao desenvolvimento econômico e social do Brasil:

II - Inquérito, urgente, sobre o sistema educacional brasileiro;

III - Sugestões imediatas para ampliar o quadro de técnicos nacionais.

E, então, propõe as medidas para a ação imediata:

1. o reaparelhamento dos laboratórios das escolas existentes;

2. a atualização das bibliotecas dessas escolas;

3. o aumento do número de assistentes das cadeiras que possuem turmas numerosas;

4. o regime de tempo integral para as disciplinas fundamentais;
5. a realização de cursos de aperfeiçoamento, no estrangeiro, para nossos professores;
6. o estabelecimento de bolsas de estudos para alunos e graduados excepcionalmente bem dotados, a serem utilizadas no país ou no estrangeiro;
7. o contrato de professores estrangeiros para cursos normais ou extraordinários;
8. a criação, ou o desenvolvimento, dos institutos tecnológicos junto às escolas técnicas e a articulação destas com o ambiente em que existem;
9. a criação de cursos de pós-graduação;
10. a necessidade de dar maior autonomia às escolas superiores e universidades;
11. a necessidade de alargar as fontes de recrutamento de candidatos às escolas superiores;
12. a existência de escolas fundamentais comuns para as carreiras de base científica" (Ibidem, p.36 e 37).

3. Pensando a Estrutura

Quanto à melhor forma de estruturar a CAPES, remetendo-se aos termos do decreto, observa o Conselheiro:

1. *"O decreto (...) estabelece (...) que esta Comissão deverá propor a forma definitiva que deva ser dada à entidade incumbida da execução sistemática e regular dos objetivos da campanha;*
2. *"em nosso entender é cedo para a fixação da forma desse organismo. É, entretanto, conveniente que se possa antever desde logo que a ação prevista terá que se desenvolver por muitos anos, e de forma sistemática;*
3. *"trata-se de agir em dois sentidos: o da ampliação quantitativa do ensino superior e o da modificação de sua qualidade, este segundo objetivo deixa entrever a contingência de uma reforma. A diferença está no método de empreendê-la agora, não por via de simples reconstrução arquitetônica da lei, mas por meio de levantamento de dados, pela formação de uma consciência pública de que há nesse setor uma obra de grande vulto a ser feita, pelo enriquecimento gradativo de suas instalações, e uma grande enxertia humana no magistério e corpo docente";*
4. *"tal método de ação implicaria a existência de um órgão sem os compromissos absorventes das rotinas de administração do sistema de ensino superior no Brasil e inteiramente dedicado ao programa de enriquecimento do ensino superior;*
5. *"com base em inquéritos e levantamentos, a ação enriquecedora do novo organismo se exerceria sem que este assumisse poder ou atitude de gerência das universidades ou escolas, mas por via de estimulação e oferta às mesmas de colaboração técnica e financeira. A primeira forma dessa colaboração poderia ser dada para a elaboração de projetos concretos, de cursos pós-graduados, ou de ampliação de laboratórios ou de expansão de bibliotecas, etc. A segunda seria através de acordos escritos entre o organismo e as universidades ou escolas para a realização efetiva de projetos elaborados, com o prazo e condições determinadas. Para este fim o organismo disporia de fundos;*
6. *"A Comissão funcionaria como órgão de entendimento para acordos de missões estrangeiras e controlador da ação dessas missões no país;*
7. *"A Comissão atuaria como órgão regulador de bolsas de estudo no país e no estrangeiro para estudantes de cursos superiores".*

Delineava-se, por aí, a CAPES como uma estrutura pequena, exercendo um papel catalisador de iniciativas e contatos, por oposição a um órgão de intervenção direta no sistema de ensino superior.

Desde um ponto de vista institucional, a CAPES surgiu como concepção da Assessoria Econômica da Presidência da República, chefiada por Rômulo Almeida - como lembra Cleantho de Paiva Leite na apresentação do artigo de Almir de Castro (1986) - e é um exemplo de como ela trabalhava. Ou seja, concebia os projetos, levava-os ao Presidente e, uma vez aprovados, eram apresentados aos ministros das pastas respectivas que de modo geral lhes assumiam a paternidade e os tocavam em frente. Assim, concebida a criatura CAPES, o MEC a

trouxe ao mundo e a criou. A CAPES, então, respondia diretamente ao Ministro da Educação, através do Secretário Geral da Comissão, por ele designado.

4. A Estrutura Efetiva e os Programas

A CAPES foi estruturada de forma muito simples. À frente das atividades se encontrava o Secretário Geral, tendo o apoio de um Diretor de Programas e de um Diretor Executivo. A função de Secretário Geral continuou basicamente inalterada até 1964. A Direção de Programas foi inicialmente ocupada por Armand Hildebrand, até 1953 (quando ele vai para a Diretoria do Ensino Secundário do MEC), a seguir ocupou-a Adroaldo Tourinho Junqueira Ayres (depois Diretor do Programa Universitário), sendo substituído por Almir de Castro que, a partir de abril de 1954, assumirá as funções de Diretor Executivo. A partir de 1955, Almir de Castro aparece como Diretor de Programas, deixando de constar dos documentos da CAPES a função de Diretor Executivo e, por consequência, de seu virtual ocupante.

Os programas eram apenas dois: o Programa Universitário (PgU) para "*acudir e auxiliar o desenvolvimento das universidades e institutos de ensino superior*", e o Programa dos Quadros Técnicos e Científicos (PQTC) para "*atender à demanda de pessoal de nível superior por parte dos meios profissionais e culturais do país*". Esses dois programas contavam, como "instrumento auxiliar", com o apoio de dois serviços: o Serviço de Bolsas de Estudo e o Serviço de Estatística e Documentação, cabendo a este último promover os levantamentos para "orientar e verificar" os resultados das ações. Ao Serviço de Estatística e Documentação cumpriria a manutenção de arquivos, cadastros e estatísticas relativos às intuições de ensino superior, aos profissionais de nível superior, a biblioteca e a organização de uma bibliografia especializada, bem como as publicações da CAPES. Os programas e serviços mencionados, por sua parte, contavam com o apoio de um Serviço Administrativo, formado por uma Secretaria que se responsabilizava por expediente, protocolo, arquivo, expedição e correspondência, além das funções de pessoal, material, orçamento e contabilidade.

5. A Campanha em Ação

Em novembro de 1954, por ocasião da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade da qual Anísio chegou a ser presidente, foi apresentado um relatório das ações da Campanha, já conhecida como CAPES. É um informe circunstanciado e que recupera a trajetória da entidade até aquele momento, sob uma forma de prestação de contas à comunidade científica. Vale, por sinal, o registro de que, apesar de existir desde 1948, a SBPC não fora convidada a integrar a Comissão da CAPES.

O plano de trabalho propunha um conjunto de atividades distribuídas em três eixos:

A - Estudo dos fatores e circunstâncias que intervêm nos processos de formação, distribuição e exercício de atividades do pessoal de nível superior;

B - Promoção e recomendação de medidas de caráter imediato, destinadas a corrigir situações específicas de falta de técnicos ou de condições para o seu preparo (bolsas de estudos, cursos pós-graduados, contrato de professores e técnicos estrangeiros e aperfeiçoamento de instituições de ensino superior com vistas ao aumento da sua capacidade para o preparo de profissionais);

C - Promoção ou recomendação de medidas a longo termo, destinadas a modificar as bases do atual sistema de preparação de pessoal de nível superior, de maneira a melhor adaptá-lo ao efetivo preparo profissional" (CAPES, 1954, p. 6)".

Os eixos principais, por sua vez, se desdobravam em múltiplas ações, compreendendo estudos e pesquisas, articulações, cooperação com centros de ensino superior, preparo de professores, técnicos e investigadores, e também estatística e documentação. Esse conjunto de ações caracteriza a recém-criada instituição, articulando suas funções de apoio à formulação de política para o setor de nível superior com efetivo trabalho de planejamento, ancorado em estudos academicamente conduzidos.

A articulação institucional surge, então, como a estratégia básica. Essa articulação se faria com o setor econômico (leia-se: indústria), e com o setor administração (leia-se: governo), para conhecer as necessidades de pessoal especializado e "coordenar" as atividades de preparação dos quadros técnicos. Importante também seria a articulação com agências, nacionais, estrangeiras e internacionais ou multilaterais que desenvolvessem programas destinados à formação de pessoal.

Tudo isso visava ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa nos centros universitários e institutos de ensino superior, tendo em vista auxiliar e estimular a

"melhoria do pessoal destinado à docência e à investigação" (Ibidem, p.9).

Era uma atividade de fomento que se consubstanciava através de uma estratégia de "criação" de centros (nacionais), núcleos (regionais) de ensino e pesquisa, e unidades (institucionais) de trabalho especializado, valendo-se, para tanto, da concessão de bolsas de aperfeiçoamento e, "eventualmente, quando os recursos o permitirem", através de auxílios para melhorar e ampliar instalações e equipamentos. A criação desses centros, núcleos e unidades constituía o âmago de um programa que

"representaria uma etapa de transição para outro tipo de trabalho, mais direto e efetivo como instrumento de estímulo para uma salutar renovação de nossos métodos de ensino universitário: a criação de missões universitárias, verdadeiro transplante de grupos homogêneos de professores, assistentes e investigadores de disciplinas afins, trazidos de grandes centros universitários, científicos ou tecnológicos do estrangeiro, para aqui estabelecerem, sob regime de mandato universitário, outros tantos núcleos de treinamento pós-graduado, onde, integralmente conservados o espírito e os métodos originais do ensino e da pesquisa de alto padrão, encontrariam os profissionais recém-formados ambiente de excepcionais condições para o desenvolvimento de suas aptidões".

A ambição era grande e confessa:

"Equivaleria a iniciativa em transferir para o nosso País parte vital de alguns dos grandes centros mundiais de ensino e pesquisa nos campos científicos de maior atualidade, escolhidos em função do seu alcance no sentido da superação dos nossos problemas de desenvolvimento".

Com esse programa obter-se-iam, concomitantemente, dois proveitos: de um lado, a especialização dos quadros docentes; de outro, a renovação das instituições de ensino e de pesquisa, pela inoculação do

"gérmen de uma nova experiência de ensino a sobrepor-se ao sistema corrente, complementando-o e ampliando-lhe as atuais perspectivas" (CAPES,1954, p.12).

6. As primeiras realizações

Se o segundo semestre de 1951 foi ocupado com a estruturação da Campanha e as grandes definições de política, o ano de 1952 é o ano da escolha e do planejamento das ações e de seu início. São feitos os estudos preliminares sobre as futuras linhas de ação, a organização e composição do *staff*, os contatos com as instituições superiores de ensino superior, de pesquisa e de tecnologia, as organizações profissionais, bem como com as instituições estrangeiras vinculadas aos problemas de formação de pessoal especializado de nível superior. Este último item foi feito, inclusive, através de uma viagem de estudos e contatos na Europa, minuciosamente relatada no mesmo documento à SBPC: Portugal, França, UNESCO, Bélgica, Alemanha (DAAD), Suíça, Holanda, Suécia, Inglaterra (British Council).

Levantados os problemas de interesse das maiores universidades brasileiras (foram escolhidas inicialmente sete universidades: a USP e seis federais, *"dada a impossibilidade de atender a todas as instituições existentes"*), feitos os contatos com as instituições estrangeiras, passou-se ao desenvolvimento das atividades. Desde logo optou-se por apoiar as atividades de ensino e de pesquisa, "por óbvias e relevantes", centrando-se as atividades da CAPES *"no setor de pessoal habilitado para a docência e a investigação e subsidiariamente ao pessoal técnico e auxiliar"*, porquanto *"a CAPES não poderia senão indiretamente contribuir para a melhoria das*

instalações materiais dos institutos universitários, dado o seu alto custo e a existência nos orçamentos universitários de quantias destinadas a este fim".

Em 1953 foi implantado o Programa Universitário, envolvendo projetos voltados aos "centros universitários", "núcleos universitários" ou "unidades de trabalho universitárias", os quais, diferenciando-se pela dimensão, mantinham uma característica comum a contratação de um professor pesquisador *senior* em torno do qual se articulava um grupo numericamente variável de professores assistentes. Eram importantes, então, as "missões universitárias", para atuarem nessas universidades. Tratava-se, típica e reconhecidamente, de uma tentativa de reeditar os processos de construção das atividades acadêmicas na USP e na Universidade do Distrito Federal, cujo êxito era tido como inquestionável em ambas, mas sobretudo no caso da USP.

Os centros deveriam vir a se constituir nos futuros institutos universitários, e os professores assistentes brasileiros poderiam, "no futuro", preencher os "claros" que ocorressem no campo universitário, e teriam uma perspectiva de "âmbito nacional", enquanto os núcleos teriam a dimensão apenas da respectiva universidade e as unidades se referiam ao apoio ou reforço de uma cadeira já funcionando e precisando de reforço.

O Programa de Quadros Técnicos e Científicos se desenvolvia, principalmente, através dos estudos, pesquisas e levantamentos "destinados a esclarecer o conhecimento relativo às disponibilidades de profissionais e técnicos de nível superior através do país, sua distribuição e suas deficiências quantitativas ou qualitativas em face às necessidades condicionadas pela situação econômica, social e cultural de cada região" (Ibidem, p.25). O documento em apreço destaca como tendo sido realizados os seguintes trabalhos:

I. Estudos para a organização de um *Catálogo de Ocupações de Nível Superior*.

II. *Estudo da Situação Econômica do Brasil*: estudo "considerando o país como um todo, as diferentes regiões e os diferentes setores da economia, incluindo tendências evolutivas ou regressivas e indicando as mudanças sociais observadas nas regiões de maior desenvolvimento econômico".

III. *Levantamento do Custo e do Financiamento da Educação*, compreendendo os diferentes níveis do ensino.

IV. Estudo sobre a *Educação e a Evolução Tecnológica do Brasil*. Feito sob encomenda da UNESCO, compreendia a "análise e interpretação dos fenômenos da industrialização, evolução social e transformação do sistema educacional, em nosso país, nos últimos trinta anos".

V. Estudo sobre *Técnicas Faltantes*, tendo por objetivo fazer um levantamento "das técnicas não existentes ou insuficientemente desenvolvidas e, entretanto, reclamadas pela marcha do desenvolvimento econômico, social e cultural do país".

De acordo com o expositor, "os resultados preliminares, que não autorizam conclusões definitivas, constituíram, entretanto, valioso elemento para estabelecimento do quadro de prioridades provisoriamente adotado pela CAPES para orientação de seus programas" (Ibidem, p.27).

Além destes mencionados, encontravam-se em realização:

VI. Estudo sobre *Bases para determinação das necessidades e deficiências de pessoal de nível superior*.

VII. Levantamento preliminar da *Situação dos Estados da União*, para estudar as condições da economia de cada um deles, a respectiva estrutura e as tendências, num "quadro geral do desenvolvimento econômico brasileiro". Sua finalidade, como os demais, era "fornecer bases fundamentais para o estabelecimento das diretrizes gerais da política da CAPES no que se refere às estimativas das necessidades de pessoal de nível superior para atendimento dos empreendimentos públicos e privados..." (Ibidem, p. 31 a 33).

Quanto ao Serviço de Bolsas de Estudo, as atividades foram se desenvolvendo "progressivamente", conforme os termos do informe à SBPC. A CAPES começava a se tornar uma agência com competência numa atividade muito específica e muito relevante, fortalecendo seu papel catalítico nessa esfera. Nos termos do referido documento:

"A experiência adquirida na execução do trabalho, o maior conhecimento do problema a ser atacado e o crescimento do número de casos submetidos a estudo, possibilitaram a adoção de melhores critérios para recrutamento e seleção dos bolsistas e, ainda, o estabelecimento das rotinas necessárias à administração de um serviço de bolsas de estudo" (Ibidem, p. 35).

O Serviço de Bolsas, além das suas atividades próprias de recrutamento e seleção de bolsistas da própria CAPES, realizava um trabalho de coleta de informações sobre bolsas concedidas por outras entidades, tendo criado um boletim para divulgá-las. Uma relação de cerca de 40 entidades é apresentada no informe, compreendendo embaixadas estrangeiras, institutos culturais diversos, órgãos públicos, universidades e centros de pesquisa, comissões, associações científicas e profissionais, entidades do setor privado como SENAC e SENAI. Em alguns desses casos a CAPES passou a ser a agência responsável pelos processos de recrutamento e seleção dos candidatos ou de administração das bolsas no exterior. O primeiro caso ocorreu com a Colorado School of Mines e o segundo com a UNESCO. Neste último caso previa-se a colocação dos bolsistas da CAPES no exterior e a supervisão de seus estudos e trabalhos através das suas agências, presentes nos diversos países, atendendo a uma dificuldade que a CAPES sentia naquele momento. Já no ano de 1952 foram concedidas 3 bolsas, uma para formação no país na área de Música e duas para aperfeiçoamento no exterior, sendo uma na área de Agronomia e outra em Antropologia. No ano de 1953 foram concedidas 79 bolsas, sendo duas de formação no país (Antropologia e Engenharia), 23 de aperfeiçoamento no país (Antropologia:1; Engenharia:17; Medicina:5), e 54 de aperfeiçoamento no exterior, em quinze áreas ou especialidades.

Quanto ao Serviço de Estatística e Documentação, começava a funcionar organizando-se em três linhas de trabalho: uma, para os levantamentos e inquéritos estatísticos; outra, para a documentação e divulgação; e a terceira para "cartografia". Realizava o levantamento geral da situação do ensino superior "civil" no país (com destaque para ensino médico, de engenharia, direito, filosofia, ciências e letras, ciências econômicas, contábeis e atuariais); organizava o arquivo geral de documentação e a biblioteca especializada; revia e atualizava um fichário com o cadastro de universidades, escolas, cursos, cadeiras e professores; levantamento e atualização das despesas públicas com educação; levantamento do movimento de exames vestibulares; organização e manutenção do calendário de Congressos, Conferências e reuniões para debate do ensino superior no país. A este serviço cabia, também, publicar o Catálogo dos Estabelecimentos de Ensino Superior existentes no país e elaborar um "Sinopse Estatística do Ensino Superior". Convém lembrar que o setor de estatística e documentação tinha como razão de ser o apoio aos programas principais, com destaque para o PQCT. Além disso, era responsável pela publicação do Boletim Informativo da CAPES.

Começava, então, a se definir o perfil da CAPES, que, iniciado com "quadros técnicos e científicos" foi incorporando, no discurso do Secretário Geral e na prática de operação do órgão, a dimensão das Artes, configurando-se, de fato, como "quadros técnicos, científicos e artísticos".

7. A Campanha se fortalece

Em 1955 começa o período de fortalecimento da CAPES, ainda sob a denominação de Campanha. A CAPES conseguiu manter a continuidade de seus programas durante todo o período de sua implantação, apesar das turbulências políticas, em especial as trocas de governo de Getúlio Vargas para Café Filho, deste para Juscelino Kubitschek, em meio aos alvoroços de novembro de 1955, de Juscelino para Jânio Quadros, eleito pela oposição, a seguir, com a renúncia deste, para João Goulart, com mudanças institucionais profundas, como a introdução do regime parlamentarista e o posterior retorno ao presidencialismo. Além disso, na esfera do Ministério da Educação, o período foi marcado, pela sucessão ininterrupta de ministros, com uma pequena exceção no período Kubitschek, em que Clóvis Salgado teve permanência mais duradoura. A tudo isso a CAPES, ainda como Campanha, sobreviveu incólume.

O Programa Universitário (PgU) se consolida e assume a condição de principal linha de ação da CAPES. Sua configuração vai aos poucos se enriquecendo. De início, apoio ao desenvolvimento do ensino superior, vai apoiando os centros, os núcleos e as unidades, valendo-se de contratação de professores visitantes estrangeiros e, cada vez mais, do estímulo a atividades de intercâmbio e cooperação inter-institucional no país, tendo a concessão de bolsas de estudo para aperfeiçoamento e formação no país e no exterior como seu grande recurso

de fomento e apoio. Os recursos do PgU e do Serviço de Bolsas, em montantes bastante próximos, vão constituir, a base da ação da CAPES.

O Serviço de Bolsas de Estudo (SBE) vai se firmando como a unidade de maior responsabilidade na CAPES; as bolsas são o grande instrumento da campanha, e o desempenho do setor passa a ser de importância decisiva. Aos poucos, a CAPES vai-se afirmando como "a" agência concessionária de bolsas de estudo, deixando quase que em segundo plano sua postura inicial de agência de fomento, pelo apoio ao desenvolvimento do ensino superior e, pois, das universidades, escolas e institutos que o ministravam. E o SBE se estrutura com o maior profissionalismo, tornando-se não apenas o gerenciador das bolsas da CAPES, mas, igualmente, unidade de apoio a outras entidades, cujos programas de bolsas eram divulgados pela CAPES que, além disso, realizava o recrutamento e a seleção dos bolsistas respectivos.

O Serviço de Estatística e Documentação, durante todo o período, mantém-se como executor dos projetos relativos aos estudos, levantamentos, pesquisas, análises e respectivas publicações, algumas das quais sendo atualizadas anualmente. Seu peso orçamentário vai diminuindo com o passar dos anos, por ser típica atividade de apoio, mas, de um ponto de vista institucional, continua sendo um grande veículo de informações para a CAPES, cumprindo importante função estratégica de processar as informações de interesse da organização e elaborar e divulgar os informes e publicações para a sociedade a quem a organização serve. A publicação do Boletim Informativo da CAPES simultaneamente oferece à instituição um resumo ou balanço de suas atividades, para sua avaliação interna, e à sociedade uma espécie de prestação de contas. As publicações eram, inclusive, divulgadas junto às missões diplomáticas no exterior, com o auxílio da Divisão Cultural do Itamaraty. Com o tempo o Boletim se ampliou, passando a conter: fórum de opiniões, estudos e atividades da CAPES, noticiário, mundo universitário, aspectos internacionais da educação, além das publicações e atos oficiais. Além disso, trazia um artigo de fundo, de autoria qualificada, abordando problemas da educação. A série "estudos e ensaios" produziu interessantes análises do quadro brasileiro referente ao aperfeiçoamento de pessoal na esfera da ciência e da tecnologia.

8. O status institucional e o processo decisório

É interessante notar, que a CAPES executava uma política de reforma profunda da educação superior do País, e nunca se encontra registro da presença da Diretoria de Ensino Superior do Ministério. A leitura dos documentos sugere uma grande autonomia e, pela natureza dos levantamentos por ela realizados, como aqueles referentes aos estabelecimentos de ensino superior, sobre os exames vestibulares, as carreiras acadêmicas, até mesmo sobre "programas de preparação para os exames vestibulares, ditos '*cursinhos*' ", era a grande mentora dessa área, dispondo de uma grande autoridade e de uma grande ascendência sobre as outras esferas. Depoimentos de pessoas como o Dr. Almir de Castro indicam ter a CAPES se transformado num núcleo de pensamento e de formulação de projetos; por ela circulavam as pessoas bem informadas e se constituiu numa espécie de "centro de formação" de gestores da política educacional, ainda que informalmente. Nela se pensou o Conselho Federal de Educação e sua composição final, nela se pensou o projeto da Universidade de Brasília, constando, inclusive, entre suas realizações, o auxílio para a realização de um seminário destinado a discutir esse projeto. À frente de tudo, sempre, duas figuras: Anísio Teixeira, a grande figura do conceitualizador, e associado a ele a imprescindível figura de Almir de Castro, o grande executivo. A continuidade da CAPES e de seus programas nesse período se deve a essa dupla, sempre habilidosa e inspirada, que sempre procurou, conforme o depoimento do Dr. Almir, cultivar "boas relações" e associar-se a "bons nomes". De um lado, eram ambos baianos e se relacionavam bem com os ministros que se sucederam, em bom número também baianos. Por outra parte, sabiam se articular politicamente, mantinham-se discretos, sem dar ao órgão peso econômico orçamentário muito grande, o que, conficenciou Dr. Almir, contribuía para "não despertar a cobiça dos políticos".

O prestígio institucional da CAPES e o prestígio intelectual, político e administrativo dos seus dirigentes, não eram o bastante para poupar o órgão das inclemências políticas, econômicas e administrativas que se abatiam sobre o país como um todo. A CAPES, entidade sempre situada e datada, não pôde fugir às dificuldades que se avizinhavam. A fantasia que se organizara nos anos 50, de acordo com a expressão de Celso Furtado, se desfazia, novos tempos chegavam com os ventos que sucediam à brisa dos início dos 50, na expressão de Almir de Castro. Por outro lado, em setembro de 1963 Anísio Teixeira é eleito Presidente-Substituto do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília e Reitor da mesma Universidade, sucedendo a Darcy Ribeiro, nomeado Chefe

da Casa Civil da Presidência da República. A partir de janeiro do ano seguinte levará Almir de Castro como seu Vice-Reitor, ele que de longos anos vinha sendo seu braço executivo. Assim, a CAPES passava a viver um contexto de mudança, embora continuasse funcionando na cidade do Rio de Janeiro, à Avenida Marechal Câmara 210, 8º e 9º andares.

9. Primeiras Conclusões

Em artigo rememorando as atividades iniciais da CAPES, Almir de Castro, que foi o grande realizador do projeto, faz alguns registros que permitem identificar traços importantes do que hoje se denomina "cultura" de uma organização:

- 1) Anísio não era atraído pelo "empreendimento sistemático, em massa", mas sim pelo "cultivo em profundidade minuciosa, exigente e exacerbada do projeto isolado, individual e único";
- 2) A CAPES não se propunha "nenhum plano mirífico, quinquenal, quadrienal, nada de sistemático, padronizador, abrangente, visando o aprimoramento global da rede universitária existente";
- 3) "Pretendia o projeto original, ao mesmo tempo estudar os complexos e as unidades em funcionamento e, atendendo às potencialidades e deficiências dos mesmos, estimular uma série de iniciativas, quase sempre de relativamente modesto custo, destinadas à elevação do nível de desempenho do sistema".

Quanto aos objetivos imediatos, algumas observações do Dr Almir são importantes:

- 4) A CAPES visava "a promoção de cursos pós-graduados, de todo tipo, sem cogitação imediata de sua ordenação e regulamentação - que depois viriam, inclusive com decisiva participação, como membros do Conselho Federal de Educação, de professores vinculados direta ou indiretamente à CAPES";
- 5) Consoante o modo de ser e de trabalhar de Anísio "as atividades da CAPES não eram um trabalho de massa, nem na aplicação nem na metodologia, cada projeto merecendo um tratamento específico, consideradas as pessoas e entidades envolvidas, cada locus de origem e destino de um bolsista... Da mesma forma, cada curso ou seminário, era planejado no seu conteúdo, seu nível, formato e objetivo, em função do grupo envolvido e nas perspectivas dos respectivos contextos institucionais e ambientais";
- 6) E observa: "Tal procedimento de certo modo imunizava à rotina e induzia à busca de soluções apropriadas para cada situação, o que só seria mesmo visível numa iniciativa de âmbito limitado, pois que dificilmente aplicável a projetos de grande massa crítica e caráter abrangente do universo visado" idem (p.9).

Para o Dr. Almir de Castro, em seu artigo evocatório, não seria cabível indagar se a CAPES teria ou não cumprido seus objetivos, mesmo porque, insiste, "não havia 'metas' a alcançar". "Ademais, retoma, os resultados dos programas desenvolvidos, deliberadamente, pela natureza dos propósitos do órgão e pela própria metodologia dos programas, não eram na verdade mensuráveis, pois não se avaliam quantitativamente estímulo e inspiração". Não obstante, faz ele um esforço de análise e reconhece como frutos do "trabalho selvagem" desenvolvido naqueles dez anos longínquos, como resultantes do fermento inoculado na rede de ensino superior do país: i) a implantação e regulamentação do "vasto sistema de pós-graduação"; ii) o incentivo à coleta de dados sobre o sistema de ensino superior e os estudos e reflexões sistemáticos sobre o sistema universitário brasileiro; iii) o efeito multiplicador dos "centros de excelência", que se transformaram em consagrados núcleos de pós-graduação; iv) a promoção, em larga escala, de planos de bolsas para estudos pós-graduados e pesquisas no exterior.

Certamente outros elementos poderiam ser acrescentados à avaliação do Diretor de Programas. De um lado, a CAPES se considerava e operava como uma entidade "experimental", em sua estrutura e em seu modo de atuar, na natureza dos seus projetos. De outro, era uma estrutura muito simples e pequena, com recursos modestos, cuja influência no ambiente educacional, notadamente universitário, deverá ser atribuído mais à qualidade das idéias e sua capacidade de liderança institucional do que aos recursos orçamentários. Talento, inspiração, competência, capacidade de articular, coordenar, aglutinar outros talentos são igualmente recursos escassos e estratégicos,

mas indispensáveis, presentes na CAPES inicial. Além disso, a CAPES foi constituída segundo uma perspectiva abrangente em termos de país (era importante uma "visão de Brasil", que os estudos dariam), universalista em termos de campos do conhecimento humano, e cosmopolista em termos de perspectiva de análise. Ela acompanhava o Brasil, as diferentes áreas do saber, sintonizada com o mundo. Na avaliação do Dr. Almir, a CAPES jamais pretendeu ser uma grande realização, mas uma "jóia", algo pequeno e experimental, que funcionou e fecundou o país, contribuindo para a renovação do ensino superior, inspirando a causa da pesquisa e da ciência e tecnologia, assumindo coisas importantes que precisavam ser feitas e inexplicavelmente não o eram, como os estudos, levantamentos e análises que patrocinou. Um espaço institucional aberto à "inspiração" e avesso às rotinas burocratizantes. Como prosseguirá esse projeto? Qual será sua capacidade de mudar, de renovar-se sem "estagnar-se"? Nos termos do Dr. Almir: "*O que continua, não presta; estagna*".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPES. *Documentos Iniciais*. Publicação n. 1. Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Documentação, março de 1952.

----- . *A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): sua organização e realizações*. Trabalho apresentado à VI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado em novembro de 1954, no Rio de Janeiro. Mimeo/Arquivo.

----- . *Boletim de Informações sobre Bolsas de Estudo*. No. 1, 1953.

CASTRO, Almir de. *Um sopro das brisas dos cinquenta. (A CAPES de Anísio Teixeira)*. Correio do IBCEC, 1986.

OPINIÃO

A CAPES VISTA POR SEUS EX-PRESIDENTES

DARCY CLOSS (1974-1979)

Atualmente é consultor para assuntos de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os cinco anos da CAPES tiveram fatos marcantes. Inicialmente, a paulatina transferência física do Rio de Janeiro para Brasília, sua instalação precária numa escola desativada, a contratação de novos funcionários porquanto a totalidade dos antigos optou pela permanência na antiga capital, seu treinamento e a criação de um espírito de corpo que marcou época pela dedicação e alcance de resultados obtidos na relação homens/hora e recursos orçamentários/programas administrados em comparação com outras instituições. Um dos fatores básicos nesta equação foi a descentralização para as universidades da responsabilidade de selecionar, acompanhar, pagar e avaliar o desempenho dos bolsistas. Difícil a princípio, em função da cultura administrativa dominante e dos empecilhos e dificuldades colocadas por algumas instituições acadêmicas. Igualmente penoso foi o trabalho

paciente de convencimento institucional para obter os dados básicos completos para a implantação do novo esquema de supervisão e principalmente a aceitação da nova sistemática de classificação dos cursos de pós-graduação feita pelos comitês de assessores (CAs). Causou um impacto extraordinário a primeira edição da referida classificação, lançada em Ribeirão Preto em 1975, logo cognominada “O livro negro da pós-graduação”, em razão da cor de sua capa, mas também em virtude de ter levado a público os resultados das avaliações. Caberia também lembrar o primeiro CA, implantado às pressas no ano anterior, com apenas um representante por grande área do conhecimento, tinha como finalidade preliminar a seleção profissional dos bolsistas para o exterior, evitando as tradicionais influências e pressões de autoridades num processo que deveria pautar-se necessariamente apenas em parâmetros acadêmicos e científicos. Os comitês, ampliados em seu número de representantes passaram a exercer a espinha dorsal de um novo processo decisório, compreendendo as definições de cotas institucionais de bolsas alocadas a cada curso, a seleção de bolsistas para o exterior e o estabelecimento de diretrizes e prioridades de atuação setorial. Esta sistemática do uso de CAs e a classificação dos cursos de pós-graduação foram posteriormente adotadas pelo CNPq. Como instrumento de promoção e integração do setor iniciou-se a publicação de catálogos de cursos por áreas de interesse com as informações básicas dos cursos.

Como órgão executor a nível de MEC das políticas do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), a CAPES preocupou-se também em fomentar uma avaliação institucional intra-muros, através da implantação do Programa Institucional de Capacitação de Docente (PICD), visando o estabelecimento das respectivas prioridades e metas de treinamento, tanto no relativo à pós-graduação *stricto sensu* quanto *lato sensu*. O programa foi implantado e utilizado particularmente pelas instituições emergentes no quadro nacional da pós-graduação e pesquisa. A CAPES coordenou, também, uma comissão de agências governamentais financiadoras, visando harmonizar as ações conjuntas, estabelecendo prioridades e a divisão de responsabilidades para evitar desperdícios e maximizar a utilização dos recursos disponíveis, no âmbito do PNPG. Com a preocupação de atender às áreas de pós-graduação e pesquisa mais carentes, numa estratégia de superar desníveis regionais, foram criados programas para o Nordeste e Amazônia e também para áreas profissionais específicas de inferior desenvolvimento relativo, à época, como a Biblioteconomia e a Enfermagem, entre outras. Esforços foram envidados no sentido de ampliar os recursos em parceria com instituições engajadas na cooperação internacional, sobretudo da França, destacando-se o projeto COFECUB para o desenvolvimento de recursos humanos do Nordeste, assim como com diversas agências governamentais da Alemanha, inclusive com uma participação efetiva da CAPES no processo de seleção dos bolsistas financiados pelo Serviço de Intercâmbio Acadêmico (DAAD).

Transcorridos quase vinte anos desde aquelas iniciativas inovadoras, novos paradigmas e novos cenários se impõem no atual panorama de inserção do Brasil em mercados regionais e pela globalização de sua economia, onde o setor universitário deverá contribuir com novas linhas e nichos de atuação para ampliar o nosso espaço de competição, perseguindo produtividade e qualidade crescentes, para garantir um retorno mais satisfatório e mais justo aos investimentos na educação e em ciência e tecnologia. Em outras palavras, estabelecer uma relação de maior responsabilidade social e de compromisso com a inovação e a solução de problemas da sociedade brasileira e dos setores produtivos e exportadores. Tal mudança de paradigma orienta-se no sentido de um novo conceito de sociedade baseada na informação e no conhecimento, em que as instituições acadêmicas não apenas são assimiladoras e adaptadoras de teorias e metodologias mas principalmente vocacionadas para o desenvolvimento de um conjunto (em expansão contínua) de capacidades e saberes estratégicos para a transformação permanente da sociedade.

Discute-se hoje a questão da autonomia universitária que, além dos aspectos administrativos e financeiros em pauta, deverá redefinir o papel dos grupos de pesquisa em políticas autônomas, respondendo as necessidades e vocações regionais e locais, aprofundando a descentralização iniciada pela própria CAPES em suas origens. Seria oportuno, por exemplo, repensar todo o esquema de financiamento da universidade brasileira, sem abrir mão da responsabilidade do estado na formação de recursos humanos necessários para o nosso desenvolvimento sustentado, mas com a participação de outros setores beneficiários de seus resultados. Sem descartar a possibilidade de montar um esquema de fundações filantrópicas que apoiem decisivamente, através de isenções fiscais específicas definidas em legislação mais adequada, a infra-estrutura necessária para pesquisas de ponta, novas linhas de interesse social, cultural e tecnológico, além da organização de associações de egressados que possam não apenas orientar suas universidades de origem com a crítica realística mas também com o seu eventual trabalho voluntário ou por intermédio de doações para projetos específicos que escapem aos esquemas orçamentários tradicionais.

No sentido de resgate de idéias colocadas anteriormente, sugerimos a reavaliação da proposta (de 1976) da alternativa de um doutorado sem mestrado e o mestrado profissionalizante sem dissertação, ambos já timidamente ensaiados mas não definitivamente sistematizados em virtude do formalismo de nossa tradição acadêmica. A outra idéia resgatável, em virtude da evasão causada por aposentadorias, seria insistir na organização de cursos de pós-graduação inter-institucionais para agilizar e baratear os custos na reciclagem de professores e pesquisadores, assim como a criação e o credenciamento de cursos à distância, através dos canais RNP e internet, abrindo espaços para a formação de novos núcleos em regiões menos favorecidas.

Valeria a pena iniciar um programa decisivo para a incorporação das novas facilidades telemáticas como suporte global ao sistema universitário como um todo e especialmente à pós-graduação, visando dotar o país de uma infra-estrutura que permita o advento, entre nós, de forma operacional e concreta, da **biblioteca virtual**. Ela permitiria o acesso ao saber distribuído e compartilhado através de bancos e bases de dados em desenvolvimento no país e já plenamente disponíveis em escala planetária.

CLAUDIO DE MOURA CASTRO (1979-1982)

Atualmente é Diretor de Programas Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington.

CAPES, CNPq e FINEP foram as três agências que institucionalizaram a ciência brasileira, que é a melhor dotada na América Latina em matéria de estruturas bem definidas e mecanismos sólidos e meritocráticos de funcionamento (mas é bem verdade que faltam recursos). Mas a CAPES é a mais inovativa e mais ágil dentre as agências federais, em que pese estar em um Ministério que poucos exemplos deu nestas direções. A sua grande proeza tem sido manter-se durante tantos anos séria, criativa e pequena (no seu corpo de funcionários), em períodos onde muitas burocracias se tornaram obesas e preguiçosas.

A experiência como Diretor-Geral foi extraordinária. Melhorar a CAPES era assunto de todos os funcionários, mesmo os mais modestos. Nem parecia serviço público. Jamais foi preciso pedir a um funcionário que viesse trabalhar no fim de semana. Se o serviço exigia, era natural e espontâneo. Na CAPES, a turma do “não pode” acabava encontrando uma solução. Inventamos programas, cursos, métodos e atividades, muitos dos quais sobreviveram. E o nosso povinho embarcava de corpo e alma em grandes acertos e algumas burradas. De todos os meus empregos foi onde mais sofri ao ter que sair.

Para onde a CAPES deve direcionar sua atuação no futuro? Entre as coisas relevantes que podem ser feitas, sugiro: a) Desacelerar a formação de professores-pesquisadores para as universidades públicas, cuja capacidade de absorção tornou-se limitada. b) Dar mais peso à preparação de professores para as instituições mais modestas, sobretudo as privadas. Estas requerem perfis diferentes, muitos sendo de tempo parcial, conectados com o mercado de trabalho e sem horizontes de fazer pesquisa. c) Reconverter boa parte do esforço da pós-graduação para apoiar o setor produtivo. Este é o mercado que tem maior horizonte de crescimento. Dar identidade e preeminência ao mestrado profissional nas áreas pertinentes. A avaliação da CAPES deve desprestigiar as publicações nas áreas onde a ação e a inovação são mais relevantes (engenharias, artes, desporto, etc.). d) Repensar a estrutura da pós-graduação. Juntar mestrado e doutorado nas áreas científicas. Repensar as prioridades de bolsas. Por que não ir direto ao doutorado no exterior? Por que não usar bolsas para atrair de volta ao Brasil os que estudam fora? e) Valorizar e aperfeiçoar o grande trunfo da CAPES que é a avaliação. f) Usar o prestígio e legitimidade da CAPES para ousar, quebrar tabus, inventar moda e inovar.

EDSON MACHADO DE SOUSA (1982-1989)

Atualmente é Chefe de Gabinete do Ministro da Educação e do Desporto

A CAPES, sem dúvida, teve um papel fundamental na formação da comunidade científica brasileira. Desde a sua criação, em 1951, como uma campanha destinada a fomentar a qualificação do corpo docente das instituições de

ensino superior do país, ficou muito claro que esse objetivo levaria necessariamente à criação de uma massa crítica de pesquisadores que faria surgir, no Brasil, o embrião de uma “comunidade científica”.

De fato, àquela época, não seria possível pensar que a disseminação de uma cultura da ciência pudesse ser realizada fora da Universidade, ainda que o conceito dessa instituição não estivesse perfeitamente assimilado pela sociedade nacional. No entanto, sabidamente, apenas nas universidades, ainda embrionárias, seria possível encontrar pessoas com um razoável potencial de desenvolvimento para a dedicação às atividades científicas, principalmente nas áreas das ciências básicas.

Inicialmente, a CAPES atuou no sentido de trazer para o Brasil a experiência de outros países, fosse recrutando para nossas universidades professores estrangeiros, muitos dos quais aqui se radicaram, ou enviando brasileiros para estudos no exterior.

A partir dos anos setenta a forma de atuação da CAPES muda radicalmente: deixa de ser um “balcão” de atendimento de pedidos individuais e passa a ser uma agência dedicada ao fortalecimento institucional da Universidade Brasileira, atuando em perfeita articulação com o então Departamento de Assuntos Universitários. Como Diretor deste Departamento, de 1974 a 1979, tive a oportunidade de vivenciar muito intimamente essa fase de transformação, em muito facilitada por dois fatores importantes: de um lado, a consolidação da chamada Reforma Universitária, que trouxe no seu bojo o fortalecimento do Departamento como unidade acadêmica básica da Universidade; de outro lado, a criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação, que tinha o Diretor da CAPES como seu secretário-executivo, e a formulação do I Plano Nacional de Pós-graduação.

Essa postura, voltada para a instituição universitária e não apenas para as pessoas que a fazem, incorporou-se ao longo do tempo como verdadeira “cultura da casa”. Quando assumi a Direção da CAPES, em 1982, foi possível dar prosseguimento a esse trabalho e até ampliá-lo. O longo período de negociações que levaram à criação do PADCT foi uma feliz oportunidade de defender essa filosofia de atuação perante as demais agências nacionais de fomento e também junto à comunidade científica internacional.

JOSÉ UBYRAJARA ALVES (1989-1990)

Atualmente é Diretor das Unidades de Pesquisa do CNPq

Cheguei à CAPES com uma bagagem razoável de informações sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e de convivência com alguns dos pesquisadores mais distinguidos na promoção desse desenvolvimento, adquirida ao longo dos quatro anos em que gerenciara o fomento do CNPq. Isso, sem dúvida alguma, foi de grande valia no desempenho dos múltiplos encargos que tive o privilégio de dar consequência, nos três níveis hierárquicos que ocupei, durante os nove anos em que lá trabalhei. Desde cedo, contudo, convenci-me de que o destino havia me propiciado uma outra experiência, diferente, distinta no conteúdo e na forma, pontilhada de diversos e variegados matizes, a qual, se bem aproveitada, só poderia enriquecer a formação do gestor de Ciência e Tecnologia que, em mim, então se esboçava.

Costumo dizer que aquele período foi um dos mais ricos e frutíferos da minha vida profissional, porque pude experimentar constantemente o saudável exercício intelectual da criação. Os colegas e as colegas, com quem convivi e trabalhei, eram insuficientes em número, mas, talvez por isso mesmo, se desdobravam nas suas capacidades, para apresentar índices invejáveis de produtividade. A pequena CAPES sabia ocupar os espaços e brilhar em todos os fóruns: essa é a lembrança mais viva que guardo dela.

No retrospecto de seus 45 anos de existência, consigo distinguir três picos em sua trajetória: a criação do Programa Institucional de Capacitação de Docentes, a consolidação do processo de Avaliação da Pós-graduação e a institucionalização do Fomento à Pós-graduação. O primeiro porque proporcionou o aparecimento e o desenvolvimento da pós-graduação em regiões remotas e carentes do País. O segundo deu credibilidade e dimensão ao Sistema de Pós-graduação, pela capacidade de se auto-avaliar periodicamente. O terceiro porque teve o mérito de institucionalizar a premiação da qualidade e a indução do processo de consolidação da pós-graduação.

Considero a CAPES dotada de um grande potencial, capaz de prestar, entre tantos, mais um inestimável serviço à Nação, contribuindo de forma decisiva, pela continuada indução, para a correção da excessivamente desequilibrada distribuição geográfica dos nossos cursos de pós-graduação. Ela poderia, por exemplo, induzir, em articulação e colaboração com as Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais, a ampliação quantitativa e qualitativa da rede de pós-graduação no Nordeste, sobretudo em áreas estratégicas, para seu desenvolvimento econômico, transformando-o num polo prestador de serviços altamente qualificados e irradiador de competência da área acadêmica para o setor de produção de bens e serviços. O sistema de Pós-graduação parece estar maduro para a grandeza do passo.

EUNICE RIBEIRO DURHAM (1990-1991 e 1992)

Atualmente é Secretária de Política Educacional do MEC

A CAPES vem atravessando os anos com galhardia. É um dos órgãos da Administração Federal mais enxuto em termos de pessoal, mais eficiente em termos de atuação e de maior legitimidade em termos das funções que desempenha.

É graça a existência da CAPES que o Brasil logrou estabelecer um excelente sistema de pesquisa e pós-graduação. E, se inúmeros males assolam a educação nacional, a pós-graduação brasileira constitui hoje exemplo e modelo para os demais países em desenvolvimento.

Isto ocorreu por que a CAPES abandonou as práticas tradicionais do Estado Brasileiro que consiste em exercer um controle centralizado do serviço público através de normas burocráticas restritivas e de distribuição de benefícios conforme a tradição histórica ou as pressões políticas. Em lugar disto, a CAPES estabeleceu um sistema de incentivos e benefícios que são distribuídos de acordo com uma avaliação realizada por consultores recrutados na própria comunidade científica que julgam com isenção.

O exemplo da CAPES deve ser seguido na reformulação de todo sistema superior público a fim de garantir eficiência e qualidade na graduação, associando distribuição de recursos, avaliação de resultados e efetiva autonomia das Universidades.

SANDOVAL CARNEIRO JUNIOR (1991-1992)

Atualmente é Professor Titular da Escola de Engenharia e da COPPE/UFRJ

Minha gestão como Diretor-Geral da Capes foi de pouco menos de 10 meses. Ao aceitar o convite, alertei para o fato de que somente poderia exercer este honroso cargo por alguns meses, em razão de compromissos profissionais e familiares. No início, a preocupação principal era com o processo de instituição da Fundação Capes. A ação política junto ao Senado e a Câmara era essencial para assegurar a tramitação da lei de criação, aprovada em Janeiro de 1992.

Muitas reuniões foram dedicadas para a elaboração do Estatuto, uma vez que era necessária uma ampla discussão envolvendo diversos níveis: internamente, a nível do Conselho Deliberativo, da Diretoria e das Chefias de Setor; no âmbito do Ministério da Educação, e no Ministério da Administração (DASP).

Uma preocupação naquela época era com a informatização da casa, condição considerada essencial para que a Agência pudesse lidar agilmente com os milhares de processos e procedimentos internos para atender as múltiplas demandas aos seus programas. O programa de bolsas no Exterior também merecia uma atenção especial, tendo em vista os seus custos elevados e implicações com o desenvolvimento dos cursos no país, sobretudo a nível de Doutorado. A partir de uma discussão com bolsistas brasileiros na Inglaterra, foi feito um questionário sobre o programa de bolsas no exterior, o que possibilitou uma avaliação importante, baseada na experiência vivida pelos bolsistas da Capes e do CNPq. Esta avaliação vem sendo repetida periodicamente, trazendo subsídios para as políticas de ambas as Agências. Tive a oportunidade de propor uma alteração no

Convenio Capes/Cofecub, no sentido de abrir a possibilidade de bolsistas franceses realizarem cursos e estágios de pesquisa no Brasil, tornando assim o convenio menos unilateral. Reuniões mantidas com o Conselho de Reitores das Universidades do Reino Unido permitiram levar a este órgão a preocupação da Capes e do CNPq com relação aos custos e as condições oferecidas aos estudantes brasileiros naquele país.

No tocante ao Programa PICD alguns itens de apoio aos bolsistas foram aperfeiçoados, visando dar maior incentivo ao doutoramento no país.

Finalmente, considerando que a Agência precisava modernizar a sua identidade visual, propus a instituição de um concurso para criação de uma logomarca e correspondente programação visual. Este concurso foi concluído na gestão da Profa. Maria Andreia Loyola.

Juntamente com o CNPq e a FINEP, a CAPES constitui a base fundamental que sustenta todo o sistema da pós-graduação e da pesquisa acadêmica no país. No caso específico da CAPES, um aspecto marcante da sua imagem perante a comunidade científica é a sua agilidade e eficiência. Neste momento em que se comemora o aniversário de sua fundação, é preciso que se resgate o papel exercido pelos funcionários da Agência. Um elemento fundamental na atuação da Capes reside no fato de que desde os seus primórdios, tem havido sempre um grupo expressivo de funcionários que realmente “vestem a camisa da casa” e se dedicam aos seus trabalhos com dedicação e afincamento, frequentemente à custa de sacrifícios pessoais. A constatação deste fato, do qual já tinha notícias através de colegas da comunidade, foi talvez o aspecto mais gratificante da minha gestão.

Os múltiplos programas que vêm sendo desenvolvidos pela Capes requerem um aperfeiçoamento contínuo dos seus mecanismos, o que somente poderá ocorrer de forma satisfatória através de interações efetivas com as diversas comunidades de usuários destes programas.

No caso específico da pós-graduação, as políticas governamentais permitiram o desenvolvimento de estruturas que, em muitas instituições, não vem refletindo de forma adequada na melhoria dos cursos de graduação. Esta preocupação já constava do plano de ação da Capes para 1992 e, estou seguro, vem merecendo a atenção dos sucessivos dirigentes da Fundação, devendo-se buscar formas de corrigir os problemas em estreita cooperação com a Secretaria Nacional de Ensino Superior do MEC.

Muitas Universidades no país, até mesmo as Federais, não contam com o número necessário de Doutores para alavancar as atividades de pesquisa. Portanto, uma atenção especial deverá ser dedicada tanto ao Programa PICD, quanto ao Programa de Bolsas no Exterior. Para tanto será necessário buscar a otimização do aproveitamento da capacidade instalada no país vis-a-vis o Doutorado no Exterior.

No momento atual, em que as Instituições Públicas se encontram uma vez mais ameaçadas com cortes de verbas, e em que há uma tendência generalizada em se acreditar que somente as leis de mercado e a iniciativa privada são capazes de atender eficientemente as necessidades da sociedade - até mesmo de serviços tão básicos como a Educação - a competente atuação da Capes, servirá para assegurar à sociedade brasileira, a continuidade do retorno dos investimentos que vem sendo feitos por seu intermédio há 45 anos.

MARIA ANDRÉA LOYOLA (1992-1994)

Atualmente é Professora Adjunta do Instituto de Medicina Social da UERJ

A CAPES faz 45 anos. Instituição feminina, no nome e na vocação, a CAPES atinge sua maturidade com um desempenho fecundo e um legado inestimável para o país. De fato, seria impossível pensar o ensino de pós-graduação de que dispomos atualmente - nacional em sua extensão e universal em sua abrangência e na qualidade de grande parte de seus cursos - sem a existência da CAPES. Sem a CAPES, seria impossível pensar também o grau de desenvolvimento científico e tecnológico que atingimos, pois é na pós-graduação que se formam nossos cientistas e também nela que se realiza a maior parte da pesquisa feita no país.

Missão cumprida como querem alguns? Como principal agente na implantação de um sistema de ensino pós-graduado, sim. Como instituição encarregada de aprimorar o ensino de 3º grau - objetivo que motivou sua criação - e de apoiar e estimular a formação profissional de alto nível, não.

O papel da CAPES continua sendo vital, em primeiro lugar, na manutenção do sistema de pós-graduação implantado, uma vez que as universidades públicas, onde situam-se a maior parte dos cursos de pós-graduação, dificilmente poderiam, hoje, sustentar exclusivamente com recursos próprios tal tipo de ensino, ligado diretamente à pesquisa. Em segundo lugar, o papel da CAPES continua sendo importante para corrigir as distorções que acompanharam o próprio desenvolvimento da pós-graduação, tais como, entre outros: 1) a excessiva concentração de cursos (e recursos) no Sudeste e em algumas poucas universidades desta região; 2) o excessivo

academicismo que tomou conta de muitos programas, estimulando, sem abrir mão do critério de excelência, cursos acadêmicos mais ágeis, cursos profissionalizantes e/ou cursos mais adequados à CAPES montasse um sistema de avaliação diferenciado para os cursos de mestrado de caráter mais profissionalizante e para a pós-graduação *lato sensu*, retirando-a da condição de « pós-graduação de segunda classe » que desfruta atualmente, pela melhoria da qualidade dos cursos e restaurando sua vocação para ministrar um ensino realmente especializado, isto é, com conteúdos especializados em oposição ao caráter formativo e universalizante da pós-graduação *stricto sensu*.

A CAPES põe os nossos cientistas em contato com o mundo o que permite uma permanente atualização e universalização do conhecimento aqui produzido. Esta tarefa deve ser mantida principalmente através de acordos bilaterais de cooperação. A CAPES pode também ajudar a aprimorar o ensino de graduação, tanto através de programas específicos, como o PET, como estimulando a integração dos níveis graduados e pós-graduados de ensino (como quando considera a participação dos docentes dos cursos de pós-graduação no planejamento e na execução dos programas de graduação, critério importante para o obtenção do conceito A na avaliação dos cursos).

A CAPES pode ainda, como vem fazendo através de alguns de seus programas, treinar e capacitar professores para o ensino técnico e para o ensino fundamental, este último tão necessitado de atenção e melhorias.

Em suma, sem abrir mão de zelar pelo patrimônio que ajudou a construir, a CAPES pode atuar em amplas áreas e através de diferentes modalidades na formação de recursos humanos de alto nível.

Algumas peculiaridades da CAPES, face a outros órgãos públicos nacionais, a capacitam de modo especial para exercer essa vocação. A CAPES é um órgão relativamente pequeno, que gasta pouquíssimo com sua atividade meio e cujos recursos, sem perdas e desperdícios, chegam habitualmente a seus destinatários. E principalmente: esses recursos são distribuídos com base na avaliação externa - feita pela comunidade científica - da pertinência, qualidade e/ou desempenho dos cursos e/ou programas nos quais os recursos serão investidos. Este sistema de avaliação sem equivalente na América Latina e em muitos países do primeiro mundo, confere à CAPES outra de suas características especiais: o público ao qual ela dirige sua política participa diretamente da formulação e da execução dessa política - os docentes e pesquisadores das universidades brasileiras, através do CTC e na avaliação de cursos e projetos.

Ágil e flexível, dispondo da assessoria das melhores cabeças do Brasil, em todas as áreas de conhecimento, a CAPES é uma instituição particularmente bem aparelhada para ajudar o país a enfrentar os desafios na formação de recursos humanos de hoje e do próximo milênio. Parabéns e muitos anos de vida, ilustre aniversariante!

DOCUMENTOS

PROJETO DE DISCUSSÃO SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

1. Objetivo Geral:

A CAPES tem ocupado papel destacado no processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil. Nesse sentido, ela está constantemente preocupada com a avaliação dos resultados obtidos pelo Sistema Nacional de

Pós-Graduação, buscando identificar seus problemas e desafios, bem como propor e desenvolver ações com o objetivo de aprimorá-lo.

Apesar dos avanços alcançados na consolidação da pós-graduação, persistem questões e dificuldades que merecem uma análise e reflexão maior por parte da comunidade acadêmico-científica.

Considerando que a última discussão ampla sobre esse Sistema, promovida pela Agência, data de 1991, a CAPES decidiu proceder a uma discussão sobre a Pós-Graduação Brasileira com o propósito de fornecer subsídios visando seu aperfeiçoamento, bem como sua interação mais efetiva com a realidade social e educacional do país.

2. Estratégia:

O projeto será supervisionado por um Comitê Executivo, composto por Darcy Dillenburg, UFRGS, Diretor de Avaliação; Ricardo Martins, UnB, Diretor de Programas; Marisa Cassim, Representante do CNPq; Francisco Cesar de Sá Barreto, UFMG, Alice Rangel de Paiva Abreu, UFRJ, Gilberto M. de Oliveira Castro, UFRJ e Silvio Lemos Meira, UFPE, Representantes do Conselho Técnico-Científico da CAPES; Rosa Maria Godoy Silveira, UFPb, Representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

Foram escolhidos oito temas a serem abordados nas discussões em nível regional e nacional. Para cada um desses temas será preparado um Documento de Trabalho, com análise da situação e recomendações de ação, que servirá para o balisamento das discussões. A seguir são relacionados os responsáveis pela elaboração dos Documentos de Trabalho.

3. Temas

3.1 *Evolução das formas de organização da pós-graduação brasileira.*

- Ana Lúcia Gazolla, UFMG

3.2 *Formação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e mercado de trabalho.*

- Luiz Bevilacqua, UFRJ
- Stefan Bogdan Salej, Presidente da Confederação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

3.3 *Relação entre pós-graduação e graduação.*

- César Zucco, UFSC
- Yvonne Maggie, UFRJ

3.4 *Carreira acadêmica e qualificação do corpo docente do sistema de ensino superior.*

- Reinaldo Guimarães, UERJ

3.5 *Avaliando a avaliação da CAPES: problemas e alternativas.*

- Eduardo Moacyr Krieger, INCOR

3.6 *Expansão da pós-graduação: crescimento das áreas e desequilíbrio regional.*

- Cristovão Diniz Picanço, UFPA
- Oswaldo Ubríaco Lopes, UNIFESP

3.7 *Financiamento e custo da pós-graduação.*

- Jacques Schwartzman, UFMG

3.8 *Pós-graduação e Pesquisa.*

- Jorge Guimarães, UFRJ

Cronograma:

Março: ■ Constituição do Comitê Executivo.

- Escolha dos relatores responsáveis pelos Documentos de Trabalho.

31 de Maio: ■ Entrega da primeira versão dos Documentos de Trabalho (em formato Word for Windows).

12 de Junho: ■ 1ª Reunião na CAPES do Comitê Executivo com os relatores dos Documentos de Trabalho e o Diretório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

6 de Agosto: ■ 2ª Reunião na CAPES do Comitê Executivo com os relatores dos Documentos de Trabalho e o Diretório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

Agosto: ■ Entrega da versão final dos Documentos de Trabalho e subsequente Distribuição dos Documentos de Trabalho às Pró-Reitorias.

Agosto/Outubro: ■ Discussão dos Documentos nas Universidades e nas Seções Regionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

Novembro: ■ Realização do Seminário Nacional sobre Situação e Perspectivas da Pós-Graduação Brasileira.

Anexo: Tópicos sugeridos para os Documentos de Trabalho

Anexo

Tópicos sugeridos para os Documentos de Trabalho

1-Evolução das formas de organização da pós-graduação brasileira.

-Mestrado interinstitucional; pós-graduação em consórcios, parcerias e associações; cursos oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras; telecursos.

-Mestrado dirigido à formação profissional e mestrado como primeiro degrau à qualificação acadêmica e científica.

- Estrutura interna da pós-graduação, 30 anos depois: sistema de créditos, exame de qualificação, modalidades de obtenção da titulação, dissertação, tese, etc;
- A questão da interdisciplinaridade
- Pós-graduação “stricto-sensu” e “lato-sensu”.
- Doutorado direto.

2-Formação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e mercado de trabalho.

- A pós-graduação de perfil acadêmico.
- A pós-graduação de perfil profissional.
- A pesquisa como base da pós-graduação.
- A pós-graduação e o mercado de trabalho.

3-Relação entre pós-graduação e graduação.

- Iniciação Científica e Programa Especial de Treinamento como programas articuladores entre a pós-graduação e a graduação.
- Problema da especialização precoce dos estudantes.
- Organização da pós-graduação e da graduação nas Universidades.
- Produção intelectual dos estudantes de graduação.
- A melhoria do ensino de graduação como compromisso da pós-graduação.
- Monitoria de Pós-Graduação.

4-Carreira acadêmica e qualificação do corpo docente do sistema de ensino superior.

- Doutorado como início de carreira acadêmica.
- Análise da eficiência do PICD na formação de docentes sem doutorado.
- Alternativas de capacitação: mestrados interinstitucionais; o problema do doutorado.
- A CAPES e a qualificação do corpo docente das Instituições de Ensino Superior Particulares.

5-Avaliando a avaliação da CAPES: problemas e alternativas.

- Internacionalização da avaliação.
- Alcances e limites do processo de avaliação realizada pelos pares.
- Critérios gerais de avaliação e as especificidades das áreas.
- Qualidade da avaliação.
- Necessidade e periodicidade da avaliação.
- Vinculação entre avaliação e fomento.

6-Expansão da pós-graduação: crescimento das áreas e desequilíbrio regional.

- Taxas de crescimento dos cursos de pós-graduação por áreas e regiões.
- Análise da distribuição de pesquisadores do CNPq e de grupos de pesquisa por região.
- Análise histórica do crescimento das áreas.
- Tendências recentes do crescimento das áreas e o desequilíbrio regional; proposições orientadoras.

7-Financiamento e custo da pós-graduação.

- Incentivos fiscais.
- Financiamento por região.
- Captação e gerenciamento de recursos.

-Administração da pós-graduação.

8- Pós-graduação e Pesquisa.

INFORMES CAPES

Prêmio Anísio Teixeira

O Prêmio Anísio Teixeira foi instituído em 09 de março de 1981, pela Portaria Ministerial nº 216 e regulamentada pela Portaria nº 44, de 13 de abril de 1981. Consta de uma escultura, criada por Mário Cravo especialmente para simbolizar o prêmio, e de um diploma. **É concedido a cada cinco anos a cinco personalidades brasileiras que, por suas atividades, tenham contribuído de forma relevante para o desenvolvimento institucional da universidade ou de centros de natureza educacional e científica.** A indicação dos candidatos ao prêmio é feita pelos representantes de área da CAPES e a escolha dos agraciados pelo Conselho Superior. A homologação dos agraciados é feita pelo Ministro da Educação e do Desporto.

Esta será a quarta vez que este prêmio será concedido, quando estarão sendo agraciadas as seguintes personalidades: **Amadeu Cury, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes (homenagem póstuma), Antônio Cândido, João Calmon.**

Em anos anteriores, foram agraciadas as seguintes personalidades:

1981 : Alberto Luiz Galvão Coimbra, Carlos Chagas Filho, Casimiro Montenegro Filho, Lélío Itapoambyra Gama, Manuel Mateus Ventura.

1986: Carlos da Silva Lacaz, Caspar Erich Stemmer, Isaac Kerstenetzky, Otto Richard Gottlieb, Rolando Monteiro.

1991: **(excepcionalmente foram concedidos seis prêmios)** Adib Jatene, Elon Lages Lima, José Seixas Lourenço, Lindolpho de Carvalho Dias, Paschoal Ernesto Américo Senise, Roberto Cardoso de Oliveira.

MEMBROS DAS COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DA CAPES - 1996

Ao longo deste primeiro semestre, a CAPES realizou a tradicional avaliação dos cursos de mestrado e doutorado, que integram o sistema nacional de pós-graduação e contam com o apoio das Agências Federais de Fomento. 319 consultores, agrupados em 64 Comissões e Sub-Comissões, definiram critérios e analisaram os relatórios dos cursos sobre as atividades desenvolvidas no período 1994-1995. As Comissões atribuíram conceitos que, após o prazo previsto para apreciação de eventuais recursos, serão publicados no Diário Oficial da União. A seguir, a relação das Comissões e Sub-Comissões Avaliadoras e dos membros que as compõem.

MATEMÁTICA / ESTATÍSTICA

Representante: KETI TENENBLAT (UnB).

Comissão: **MATEMÁTICA:** Adilson Gonçalves (UFRJ), Artur Lopes (UFRGS), Jorge Hounie (UFSCAR), José Luiz Boldrini (UNICAMP), Luquésio Petrola de Melo Jorge (UFC). **ESTATÍSTICA:** Gauss Moutinho Cordeiro (UFPE), Mario Jorge Carneiro (UFMG), Pablo Ferrari (USP).

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

Representante: ROBERTO DA SILVA BIGONHA (UFMG).

Comissão: Cláudia Maria Bauzer Medeiros (UNICAMP), Daltro José Nunes (UFRGS), Luiz Fernando Gomes Soares (PUC/RJ), Paulo Roberto Freire Cunha (UFPE).

FÍSICA / ASTRONOMIA

Representante: OSCAR HIPÓLITO (USP/SC).

Comissão: Alaor Silvério Chaves (UFMG), Celso Pinto de Melo (UFPE), Lívio Amaral (UFRGS), Ronald Cintra Shellard (PUC/RJ), Jacques Raymond Daniel Lepine (USP).

QUÍMICA

Representante: FARUK JOSÉ NOME AGUILERA (UFSC).

Comissão: Ailton de Souza Gomes (UFRJ), Alfredo Arnóbio de Souza da Gama (UFPE), Douglas Wagner Franco (USP/SC), Jails on Bittencourt de Andrade (UFBA), Manfredo Hörner (UFMS), Raimundo Braz Filho (UENF), Timothy John Brocksom (UFSCAR), Yoshitaka Gushikem (UNICAMP).

GEOCIÊNCIAS

Representante: REINHARDT ADOLFO FUCK (UnB).

Comissão: Alcides Nóbrega Sial (UFPE), Ari Roisenberg (UFRGS), Lydia Maria Lobato (UFMG), Pedro Leite da Silva Dias (USP), Sérgio Luiz Fontes (ON/RJ), Vicente José Fúlfaro (UNESP/RC).

C. BIOLÓGICAS I (Biologia Geral, Genética, Botânica e Zoologia)

Representante: JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO (ESALQ).

Comissão: Ana Maria Giulietti (USP), Catarina Satie Takahashi (USP/RP), Cláudio José Barros de Carvalho (UFPR), Marcos Palatnik (UFRJ), Mário Katsuragawa (USP), Paulo Friedrich Buhnheim (INPA), Paulo Luiz de Oliveira (UFRGS), Ulrich Christian Karl Henh Bruno Seeliger (FURG).

ECOLOGIA / MEIO AMBIENTE

Representante: FRANCISCO ANTONIO RODRIGUES BARBOSA (UFMG).

Comissão: Francisco de Assis Esteves (UFRJ), Gilberto César Pavanelli (FUEM), José Eduardo dos Santos (UFSCAR), Thomas Michael Lewinsohn (UNICAMP), William Ernest Magnusson (INPA).

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II (Morfologia, Fisiologia, Bioquímica, Biofísica e Farmacologia)

Representante: GERHARD MALNIC (USP).

Comissão: Antônio Carlos Campos Carvalho (UFRJ), Carlos Alberto Mandarim de Lacerda (UERJ), Esper Abrão Cavalheiro (UNIFESP), Frederico Guilherme Graeff (USP/RP), Glaci Therezinha Zancan (UFPR), Glauce Socorro de Barros Viana (UFC), Guilherme Frederico Wassermann (UFRGS), Jorge Almeida Guimarães (UFRJ).

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III (Imunologia, Microbiologia e Parasitologia)

Representante: LUIZ RACHID TRABULSI (USP).

Comissão: Celuta Sales Alves Alviano (UFRJ), Clara Lúcia Barbieri (USP), Erney Plesmann Camargo (UNIFESP), Magda Maria S. Carneiro Sampaio (UFBA), Manoel Barral Neto (USP).

ENGENHARIAS I (Civil, Sanitária e Transporte)

Representante: WILSON SÉRGIO VENTURINI (USP/SC).

Comissão: **CIVIL** - Enio Marques Palmeira (UnB), José Carlos Angelo Cintra (USP/SC), Ney Augusto Dumont (PUC/RJ), Vahan Agopyan (USP). **SANITÁRIA** - Eugênio Foresti (USP/SC), Rui Carlos Vieira da Silva (UFRJ), Salomão Anselmo da Silva (UFPB/CG). **TRANSPORTES** - Antônio Galvão Naclério Novaes (UFSC), Luís Antonio Lindau (UFRGS).

ENGENHARIAS II (Minas, Materiais, Metalurgia, Química, Nuclear)

Representante: DILSON CARDOSO (UFSCAR).

Comissão: **MINAS / MATERIAIS / METALÚRGICA** - Antônio Eduardo Clark Peres (UFMG), Roberto Ribeiro de Avillez (PUC/RJ), Sebastião Vicente Canevarolo Júnior (UFSCAR), Wander Luiz Vasconcelos (UFMG). **NUCLEAR** - Atílio D'Olio (UFPE), Zieli Dutra Thome Filho (UFRJ). **QUÍMICA** - Alberto Cláudio Habert (UFRJ), Cesar Costapinto Santana (UNICAMP), Gisella Maria Zanin (FUEM), Willibaldo Schmidell Netto (USP).

ENGENHARIAS III (Mecânica, Produção, Naval/Oceânica, Aeroespacial)

Representante: VALDER STEFFEN JÚNIOR (UFU).

Comissão: **MECÂNICA / AEROESPACIAL** - Carlos Alberto de Almeida (PUC/RJ), Jair Carlos Dutra (UFSC), Renato Machado Cotta (UFRJ), Uilame Umbelino Gomes (UFRN). **PRODUÇÃO E PLANEJAMENTO ENERGÉTICO** - Francisco José Kliemann Neto (UFRGS), Israel Brunstein (USP), Luiz Legey (UFRJ), Paulo Roberto Tavares Dalcol (PUC/RJ), Sérgio Barjay (UNICAMP). **NAVAL / OCEÂNICA** - José Augusto Penteado Aranha (USP), Segen Farid Estefen (UFRJ).

ENGENHARIAS IV (Elétrica, Biomédica, Planejamento Energético)

Representante: LUIZ PEREIRA CALOBA (UFRJ).

Comissão: **ELÉTRICA** - Armando M. Leite da Silva (EFEI), Edson Watanabe (UFRJ), Hermano de Medeiros Ferreira Tavares (UNICAMP), Rui Seara (UFSC), Valdemar Cardoso da Rocha Júnior (UFPE). **BIOMÉDICA** - Antonio Fernando Catelli Infantosi (UFRJ), Lincoln de Assis Moura Júnior (INCOR).

MEDICINA I (Clínica Médica, Cardiologia, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Nefrologia e Pneumologia)

Representante: BRUNO CARLOS PALOMBINI (UFRGS).

Comissão: **GASTROENTEROLOGIA** - Ernani Geraldo Rolim (FCMSCSP), Heitor Rosa (UFGO), **PNEUMOLOGIA** - Alfred Lemle (UFRJ), Francisco Vargas Suso (USP). **ENDOCRINOLOGIA** - Maria Teresa Zanella (UNIFESP). **DERMATOLOGIA** - Absalom Lima Figueira (UFRJ). **NEFROLOGIA** - Heonir de Jesus Pereira da Rocha (UFBA). **CARDIOLOGIA** - Aristarco Gonçalves de Siqueira Filho (UFRJ), Giovanni Mauro Vittorio Bellotti (USP). **CLÍNICA MÉDICA** - Durval Rosa Borges (UNIFESP).

MEDICINA II (Infectologia, Hematologia, Reumatologia, Neurologia, Alergologia, Imunologia, Clínica Materno Infantil, Nutrição, Pediatria, Psiquiatria, Anatomia Patológica)

Representante: GIOVANNI GUIDO CERRI (USP).

Comissão: Diana Helena de Benedito Pozzi (USP), Edson Reis Lopes (FMTM), Florence Kerr Corrêa (UNESP/BOT.), Francisco Baptista Assumpção Júnior (USP), Gregório Santiago Montes (USP), Hilton Augusto Koch (UFRJ), José Garrofe Dórea (UnB), Maria Aparecida Shikanai Yasuda (USP), Mauro Batista de Moraes

(UNIFESP), Natalino Hajime Yoshinari (USP), Nelson Figueiredo Mendes (UNIFESP), Salim Moysés Jorge (USP/RP), Vanize Oliveira Macedo (UnB).

MEDICINA I I I (Cirurgia, Anestesiologia, Ginecologia/Obstetrícia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Fonoaudiologia, Urologia)

Representante: RUBENS BELFORT MATTOS JÚNIOR (UNIFESP).

Comissão: Aldo Junqueira Rodrigues Júnior (USP), Ângela Maggio da Fonseca (USP), Arthur Octávio de Avila Kós (UFRJ), Edmundo Baracat (UNIFESP), Harley Edison Amaral Bicas (USP/RP), José Batista Volpon (USP/RP), Jurandir Marcondes Ribas Filho (UFPR), Mariza Toledo de Abreu (UNIFESP), Osvaldo Malafaia (UFPR).

ODONTOLOGIA

Representante: MARIA FIDELA LIMA NAVARRO (USP/BAURU).

Comissão: Arthur Belem Novaes Filho Júnior (UFRJ), Helson Paiva (UFRN), José Fernando C. Henriques (USP/BAURU), Kátia Regina C. Dias (UERJ), Lauro Cardoso Vilella (UNESP/SJC), Márcia Silveira (FESP), Maria Carmeli Correa Sampaio (UFPB), Marisa Maltz (UFRGS), Nilza Pereira Costa (PUC/RS), Orlando Ayrton de Toledo (UnB), Roberto Alves dos Santos (FESP).

FARMÁCIA

Representante: ELIEZER JESUS DE LACERDA BARREIRO (UFRJ).

Comissão: Elfrides Eva Scherman Schapoval (UFRGS), Elizabeth Igne Ferreira (USP), João Luiz Calegari Lopes (USP/RP), José Maria Barbosa Filho (UFPB).

ENFERMAGEM

Representante: MAGUIDA COSTA STEFANELLI (USP).

Comissão: Lúcia Hisako Takase Gonçalves (UFSC), Maria Gaby Rivero de Gutiérrez (UNIFESP), Raimunda Magalhães da Silva (UFC), Tokico Murakawa Moriya (USP/RP).

SAÚDE PÚBLICA

Representante: MAURÍCIO LIMA BARRETO (UFBA).

Comissão: Arnaldo Augusto Franco de Siqueira (USP), Maria Cecília de Souza Minayo (FIOCRUZ), Naomar de Almeida Filho (UFBA).

EDUCAÇÃO FÍSICA

Representante: EDUARDO HENRIQUE DE ROSE (UFRGS).

Comissão: Alfredo Faria Júnior (UFF), Go Tani (USP), Helder Guerra de Resende (UGF), Jefferson Thadeu Canfield (UFSM), Markus Vinicius Nahas (UFSC).

CIÊNCIAS AGRÁRIAS I

Representante: FABIANO RIBEIRO DO VALE (UFLA).

Comissão: **AGRONOMIA** - Arnaldo Chaer Borges (UFV), Cláudio Lúcio Costa (UnB), Domingos Fornasieri Filho (UNESP/JAB.), Francisco José Alves Fernandes Távora (UFC), Francisco Xavier Ribeiro do Vale (UFV), Ibanor Anghinoni (UFRGS), João Ruy Jardim Freire (UFRGS), José Roberto Moro (UNESP/JAB.), Liovando Marciano da Costa (UFV), Luiz Edson Mota de Oliveira (UFLA), Magno Antonio Patto Ramalho (UFLA), Mateus Rosas Ribeiro (UFRPE), Paulo Roberto Mosquim (UFV), Rene Luis de Oliveira Rigitano (UFLA), Ricardo Victória Filho (USP/ESALQ). **RECURSOS FLORESTAIS** - Benedito Rocha Vital (UFV), Paulo Renato Schneider (UFSM). **CIÊNCIAS EXATAS APLICADAS À AGRICULTURA** - Décio Barbin (USP/ESALQ), Sérgio do Nascimento Kronka (UNESP/JAB.). **EXTENSÃO RURAL** - Joaquim Anécio de Jesus Almeida (UFSM), Oriowaldo Queda (USP/ESALQ). **IRRIGAÇÃO e DRENAGEM** - Afrânio Almir Righes (UFSM), Irenilza de Alencar Naas (UNICAMP), Widsney Alves Ferreira (UNESP/BOT.).

MEDICINA VETERINÁRIA

Representante: DOMINGUITA LÜHERS GRAÇA (UFSM).

Comissão: Carlos Wilson Gomes Lopes (UFRRJ), José Luíz Laus (UNESP), Júlia Maria Matera (USP), Márcio Ricardo Costa dos Santos (UFF).

ZOOTECNIA / RECURSOS PESQUEIROS

Representante HORÁCIO SANTIAGO ROSTAGNO (UFV).

Comissão: Disney Antônio Gonzalez (UNESP/BOT.), Santos Zacarias Gomes (UFSC), Norberto Mario Rodrigues (UFMG).

CIÊNCIA DE ALIMENTOS

Representante : NELCINDO NASCIMENTO TERRA (UFSM).

Comissão: Délia B. Rodriguez Amaya (UNICAMP), Elza Iouko Ida (FUEL), Jorge Horii (USP/ESALQ).

DIREITO

Representante: RICARDO CESAR PEREIRA LIRA (UERJ).

Comissão: José Alfredo de Oliveira Baracho (UFMG), Luis Edson Fachin (UFPR), Paulo de Barros Carvalho (PUC/SP), Willis Santiago Guerra Filho (UFC).

ADMINISTRAÇÃO

Representante: TÂNIA MARIA DIEDERICHS FISCHER (UFBA).

Comissão: Adalberto A. Fischmann (USP), Cesar Gonçalves Neto (UFRJ), Clóvis Luiz Machado da Silva (UFPR), Sylvia Constant Vergara (PUC/RJ), Walter Fernando Araújo de Moraes (UFPE).

ECONOMIA

Representante: ALOISIO PESSOA DE ARAÚJO (FGV/RJ).

Comissão: Afonso Henriques Borges Ferreira (UFMG), Carlos Magno de Mendes Lopes (UFC), Edward Joaquim Amadeo Swaelen (PUC/RJ), João Luiz Maurity Saboia (UFRJ), Marcelo Savino Portugal (UFRGS), Maria Cristina Cacciamali (USP), Rodolfo Hoffmann (USP/ESALQ).

ARQUITETURA E URBANISMO

Representante: MARCO AURÉLIO ANDRADE FIGUEIRAS GOMES (UFBA).

Comissão: Carlos Alberto Ferreira Martins (USP/SC), Denise Barcellos Pinheiro Machado (UFRJ), Maria Lúcia Malard (UFMG).

PLANEJAMENTO URBANO / REGIONAL / DEMOGRAFIA

Representante: SUZANA PASTERNAK TASCHNER (USP).

Comissão: Maria Cristina da Silva Leme (USP), Hermes Magalhães Tavares (UFRJ), José Alberto Magno de Carvalho (UFMG).

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I (Ciência da Informação, Museologia, Comunicação e Desenho Industrial)

Representante: EDUARDO PEÑUELA CAÑIZAL (USP).

Comissão: COMUNICAÇÃO - Kátia Maria de Carvalho Silva (UFRJ), Maria Lúcia Santaella Braga (PUC/SP), Sérgio Caparelli (UFRGS), BIBLIOTECONOMIA - Nair Yumiko Kobashi (USP), Rosali Fernandez de Souza (UFRJ), Suzana Pinheiro Machado Mueller (UnB).

SERVIÇO SOCIAL / ECONOMIA DOMÉSTICA

Representante: NOBUKO KAMEYAMA (UFRJ).

Comissão: Anita Aline Albuquerque Costa (UFPE), Denise Bomtempo Birtche de Carvalho (UnB), Maria Lúcia Carvalho da Silva (PUC/SP).

FILOSOFIA / TEOLOGIA

Representante: IVAN DOMINGUES (UFMG).

Comissão: **FILOSOFIA** - Balthazar Barbosa Filho (UFRGS), Danilo Marcondes de Souza Filho (PUC/RJ), Milton Meira do Nascimento (USP), Nelci do Nascimento Gonçalves (UFPB), Oswaldo Giacoia Júnior (UNICAMP). **TEOLOGIA** - Faustino Luiz Couto Teixeira (UFJF), Milton Schwantes (IMES).

SOCIOLOGIA

Representante: ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU (UFRJ).

Comissão: Ary Cesar Minella (UFSC), Carlos Benedito Martins (UnB), Elide Rugai Bastos (UNICAMP), Irllys Alencar Firmo Barreira (UFC), Jorge Osvaldo Romano (UFRRJ), Laura da Veiga (UFMG), Maria Arminda do Nascimento Arruda (USP), Nadya Araujo Castro (UFBA).

ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA

Representante: CLÁUDIA LEE WILLIANS FONSECA (UFRGS).

Comissão: Lux Boelitz Vidal (USP), Mariza Gomes e Souza Peirano (UnB), Mariza Corrêa (UNICAMP), Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ), Pedro Ignácio Schmitz (UNISINOS).

HISTÓRIA

Representante: MARGARIDA DE SOUZA NEVES (PUC/RJ).

Comissão: Afonso Carlos Marques dos Santos (UFRJ), Maria Antonieta Martines Antonacci (PUC/SP), Maria Helena Rolim Capelatto (USP), Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFRGS).

GEOGRAFIA

Representante: SYLVIO CARLOS BANDEIRA DE MELO E SILVA (UFBA).

Comissão: Luiz Fernando Scheibe (UFSC), Maria do Carmo Correia Galvão (UFRJ).

PSICOLOGIA

Representante: LINO DE MACEDO (USP).

Comissão: José Aparecido da Silva (USP/RP), Maria das Graças Bom Pastor Borges Dias (UFPE), Maria Inácia de Avila Neto (UFRJ), Marília Ancona Lopes e Grisi (PUC/SP), Pedrinho A. Guareschi (PUC/RS).

EDUCAÇÃO

Representante: MIRIAN JORGE WARDE (PUC/SP).

Comissão: Antonio Flávio Barbosa Moreira (UFRJ), Antônio Joaquim Severino (USP), Eurize Caldas Pessanha (UFMS), Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos (UFMG), Marco Antonio Moreira (UFRGS), Nilton Bueno Fischer (UFRGS), Robert Evan Verhine (UFBA).

CIÊNCIA POLÍTICA

Representante: MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA (USP).

Comissão: Argelina Maria Cheibub Figueiredo (UNICAMP), Gláucio Ary Dillon Soares (UnB), Marcus Andre Barreto Campelo de Melo (UFPE).

LETRAS / LINGUÍSTICA

Representante: JOSÉ LUIZ FIORIN (USP).

Comissão: **LETRAS** - André Luiz de Lima Bueno (UFRJ), Angela Tonelli Vaz Leão (PUC/MG), Antônio Dimas de Moraes (USP), Laura Cavalcante Padilha (UFF), Maria do Carmo Alves de Campos (UFRGS), Nely Maria Pessanha (UFRJ). **LINGUÍSTICA** - Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Ingedore Grunfeld Vilaça Koch (UNICAMP), José Luiz Meurer (UFSC), Luis Antônio Marcuschi (UFPE), Maria Denilda Moura (UFAL), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/ARAR).

ARTES / MÚSICA

Representante: SÔNIA GOMES PEREIRA (UFRJ).

Comissão: **MÚSICA** - Carlos Elias Kater (UFMG), Irene Maria Fernandez Silva Tourinho (USP), José Maria Neves (UNIRIO). **ARTES** - Gerd Bornheim (UFRJ), Icléia Maria Borsa Cattani (UFRGS), Regina Aparecida Polo Müller (UNICAMP).

NOVOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO

O Grupo Técnico Consultivo (GTC) recomendou neste primeiro semestre, 30 cursos de Mestrados e 24 cursos de Doutorados.

A seguir, a lista dos novos cursos de mestrados e doutorados que passam a integrar o sistema nacional de pós-graduação, podendo contar com o apoio das agências de fomento e com o acompanhamento e avaliação da CAPES.

Cursos recomendados na reunião de 17 e 18.04.96:

1 - Ciências Exatas e da Terra

Química / UFMA (Mestrado)

Astrofísica / INPE (Mestrado e Doutorado)

Engenharia e Tecnologia Espacial / INPE (Mestrado e Doutorado)

Geofísica Espacial / INPE (Mestrado e Doutorado)

Matemática / UNIJUI (Mestrado)

Química de Produtos Naturais / UFPA (Mestrado)

Análise de Bacias: Formação, Preenchimento e Tect. Mod. (Mestrado)

2 - Ciências Biológicas

Ecologia e Conservação da Biodiversidade / UFMT (Mestrado)

Ecologia / UFRJ (Doutorado)

Ciências Biológicas (Gen. Biol. Ag. Inf. Parasitárias) / UFPA (Mestrado)

Ciências (Fisiologia Humana) / USP (Mestrado e Doutorado)

Ciências (Fisiologia Geral) / USP (Mestrado e Doutorado)

3 - Engenharias

Geotecnia / UnB (Doutorado)

Engenharia de Infra-Estrutura Aeronáutica / ITA (Mestrado)

Engenharia Oceânica / FURG (Mestrado)

Engenharia Civil / UFSM (Mestrado)

4 - Ciências da Saúde

Clínica Médica / UFU (Mestrado)

Pediatria / UFMG (Doutorado)

Medicina - Clínica Médica / UFC (Mestrado)

Saúde Pública / UFC (Mestrado)

Princípios da Cirurgia / F. Evang. Med. PR (Mestrado)

Doenças Infecciosas / UFES (Mestrado)

Ginecologia e Obstetrícia / UNESP/BOT (Mestrado e Doutorado)

Ciências - Medicina Legal / USP (Mestrado)

Clínica Médica / UFRJ (Doutorado)

Enfermagem / UNIFESP (Mestrado e Doutorado)

5 - Ciências Agrárias

Ciência Animal / UFPA (Mestrado)

6 - Ciências Sociais Aplicadas

Economia / UFES (Mestrado)

Urbanismo / UFRJ (Mestrado)

Serviço Social / UNESP/FR (Mestrado)

7 - Ciências Humanas

Educação Ambiental / FURG (Mestrado)

Psicologia / PUC/RS (Doutorado)

Psicologia / UFSC (Mestrado)

História / FISS (Mestrado)

Ciência Política / UFRGS (Doutorado)

8 - Multidisciplinares

C. Biológicas - Neurociências / UFRGS (Mestrado)

Ciências Agrárias / UA (Mestrado)

Biotecnologia / UFPEL (Doutorado)

Planejamento Energético / UFRJ (Doutorado)

Modelagem Computacional / UERJ (Mestrado)

MERCADO DE TRABALHO

BOLSISTAS NO EXTERIOR, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, QUE DEVERÃO
CONCLUIR O CURSO ATÉ JUNHO DE 1996

OFERTA

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

Flavio Caldas da Cruz

National Inst. of Standards and Technology

Área/Nível: **Física Atômica e Molecular** / Pós-doutorado

Previsão de conclusão: abril/96

Endereço: R. Condessa do Pinhal, 440 Cidade Universitária

Campinas - SP

Maria do Carmo Alves de Lima

École Sup. de Phys. et Chimie Ind. Ville Paris

Área/Nível: **Química Orgânica** / Doutorado

Previsão de conclusão: abril/96

Tese: “Synthèse asymétrique d’alcaloïdes d’intérêt thérapeutique”

Endereço: R. Beta, 55 Sucupira

54210 Jaboatão dos Guararapes - PE

Ricardo Cesar Aoki Hirata

University of Waterloo

Área/Nível: **Geociências** / Pós-doutorado

Previsão de conclusão: junho/96

Endereço: R. Cônego Eugênio Leite, 890 Ap. 62 Jardim Paulistano

São Paulo - SP Fone: (011) 276-8721

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Steyner de Franca Cortes

Université Louis-Pasteur - Strasbourg I

Área/Nível: **Farmac. Bioquímica e Molecular** / Doutorado

Previsão de conclusão: junho/96

Tese: “Caracterização dos receptores à angiotensina II nas células musculares lisas no fenótipo proliferativo e no fenótipo central”

Endereço: R. Domingos Mororó, 37 Miramar

58043 João Pessoa PB Fone: (083) 224-3283

ENGENHARIAS

Katia da Silva Bernardo

Université Paul-Sabatier - Toulouse III

Área/Nível: **Tecnologia Química** / Doutorado

Previsão de conclusão: junho/96

Tese: “Oxidação enantiosseletivas catalisadas por complexos macrocíclicos metálicos”

Endereço: R. Riachuelo, 1305 Ap. 2103 Centro

90010-270 Porto Alegre - RS

CIÊNCIAS DA SAÚDE

Julio Cesar Cambraia Veado

Université de Paris Val-de-Marne - Paris XII

Área/Nível: **Clínica Médica** / Doutorado

Previsão de conclusão: junho/96

Tese: “Contribuição ao estudo da radioatividade dos isótopos 134 e 137 do Césio”

Endereço: R. Montes Claros, 305 Ap. 201 Carmo-Sion

30310-370 Belo Horizonte - MG
Fone: (031) 225-8602

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Murilo Hadad Pires

Justus Liebig - Universitat Giessen

Área/Nível: **Engenharia de Alimentos** / Doutorado

Previsão de conclusão: abril/96

Tese: “Aplicação de ultrafiltração (UF) e hidrólise às lactoses na produção de produtos lácteos excedentes no mercado brasileiro”

Endereço: R. Wladimir dos Santos Mello, 117 Brooklin 04623 São Paulo - SP

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Michel Lent Schwartzman

New York University

Área/Nível: **Comunicação Visual** / Mestrado

Previsão de conclusão: maio/96

Tese: “As mídias interativas e a mudança na Comunicação”

Endereço: Av. Pres. João Goulart, 400 Ap. 1001 Vidigal

22.452-690 Rio de Janeiro - RJ

Fone: (021) 322-4970

Raquel Ramos de Vasconcellos Coelho

School of Visual Arts

Área/Nível: **Comunicação Visual** / Mestrado

Previsão de conclusão: maio/96

Tese: “O livro interativo: relação entre o texto e imagem, proposta pela ciência da informática”

Endereço: R. Guaratinga, 1122 Ap. 102 A Bosque da Saúde

04141-001 São Paulo - SP

Tarcisio Queiroz Cerqueira

University of Bristol

Área/Nível: **Direito** / Doutorado

Previsão de conclusão: junho/96

Tese: “Controversies on copyright protection of computer software in the european community”

Endereço: R. Arthur Bernardes, 55 Ap. 1002 Catete

22200 Rio de Janeiro - RJ Fone: (021) 245-8836

CIÊNCIAS HUMANAS

Jose Antonio Pacheco de Almeida

Université de Toulouse-Mirail - Toulouse II

Área/Nível: **Geografia Física** / Doutorado
Previsão de conclusão: junho/96
Tese: “Télédérecion des ressources naturelles dans le Nordeste du Brésil”
Endereço: R. Jacarandá, 879 Ap. 801 B Horto Florestal
41130 Salvador - BA

Sergio Tenenbaum

University of Pittsburgh
Área/Nível: **Filosofia** / Doutorado
Previsão de conclusão: maio/96
Tese: “O objeto da razão: a natureza da razão prática”
Endereço: Univ. of Pittsburgh - Dep. of Philosophy
PA - 15260 USA

ARTES

Edson Giansesi

California Institute of the Arts
Área/Nível: **Música** / Mestrado
Previsão de conclusão: junho/96
Tese: “Percussão: o acústico somado ao eletrônico”
Endereço: Al. Lorena, 1706 Ap. 12
São Paulo - SP Fone: (011) 852-1190

Fernando Luis Dissenha

Julliard School
Área/Nível: **Música** / Mestrado
Previsão de conclusão: maio/96
Tese: “Análise sobre as diferentes molas de instrumentos de metal”
Endereço: R. Ten. L.C. Valejo, 270
83005-200 São José dos Pinhais - PR Fone: (041) 282-5226

Zelia Maria Marques Chueke

Mannes College of Music
Área/Nível: **Música** / Mestrado
Previsão de conclusão: maio/96
Endereço: R. Ipanema, 75 Ap. 302 Barra da Tijuca
22631-390 Rio de Janeiro - RJ

DEMANDA

TEORIA E APLICAÇÃO DE CONTROLE ROBUSTO

Instituição: Laboratório Nacional de Computação Científica / CNPq

Classe: Pesquisador Titular I - Classe A - Padrão I

Período de Inscrição: 15.07 a 09.08.96

Informações: LNCC R. Lauro Muller, 455 Botafogo

Rio de Janeiro - RJ

gadelha@lncc.br